

Nº 617 • MAI '26 • €1,50

R E V I S T A  D A  
**A R M A D A**



**SÍRIUS**  
DE IATE REAL A TESOIRO MUSEOLÓGICO



## CURIOSIDADES

# MAIO É UM MÊS DE MAR E MÚSICA, CELEBRANDO NO DIA 20 O DIA DA MARINHA

Maio vibra em intensidade musical, coincidindo curiosamente com o Dia da Marinha Portuguesa. Este mês singular viu nascer alguns dos génios mais revolucionários da história da música: James Brown, o incendiário padrinho do *soul*; Bob Dylan, a voz poética que redefiniu o *folk* e o *rock*; Miles Davis, o visionário que constantemente reinventou o *jazz*, e Stevie Wonder, que nos presenteou com melodias intemporais. Maio é, inegavelmente, um epicentro de talento musical puro, um mês onde o nascimento de lendas ecoa através das décadas.

*Colaboração da Banda da Armada*





# SUMÁRIO

- 02 Curiosidades
- 04 Navegando pela Palavra...  
Escrever (5)
- 08 Estaleiro Naval Jaime Costa  
2. Embarcações Renascidas
- 13 A ameaça terrorista não desapareceu!
- 16 Guerra no Pacífico – O Rei dos Mares
- 20 Gentes, Monumentos e Acontecimentos (17)
- 24 O Plano de construção naval de Jacinto Cândido (1896)  
A consolidação da era elétrica na Marinha Portuguesa
- 26 Notícias
- 27 Dia do Sargento  
O significado do 31 de janeiro de 1891
- 28 A Associação de Marinheiros de Trás-os-Montes  
e Alto Douro | Convívios e Encontros
- 29 Agenda Cultural
- 30 Desporto em Dia
- 31 Renovadas Histórias da Botica ~ 92
- 32 Vigia da História ~ 154
- 33 Quarto de Folga
- 34 Notícias Pessoais | Homenagem Nacional  
aos Combatentes
- 35 Memórias do Tejo
- CC Naus de Pedra em Lisboa

## DESTAQUES

- 06 Marinha recebe a primeira visita oficial  
do Presidente da República
- 07 NRP *Tridente*  
Reafirma a relevância estratégica da arma submarina
- 17 *Sírius*  
De iate real a tesouro museológico  
1.ª Parte

Capa

*Sírius* – De iate real a tesouro museológico

Foto Arquivo Revista da Armada

### Diretor

CALM AN Nelson Alves Domingos

### Subdiretora

CFR TSN – COM RES Ana Alexandra Gago de Brito

### Designer Gráfica

STEN TSN (DSG) Mariana Gonçalves Lage

### Secretária da Redação

SAJ L Aida Margarida Leigo

### Administração, Redação e Edição

Revista da Armada – Edifício das Instalações  
Centrais de Marinha – Rua do Arsenal  
1149 – 001 Lisboa – Portugal  
Telef. +351 211 593 251

### Redação

[revista.armada@marinha.pt](mailto:revista.armada@marinha.pt)

### Secretaria/Assinaturas

[ra.secretaria@marinha.pt](mailto:ra.secretaria@marinha.pt)  
Telef. +351 211 593 251

### Estatuto Editorial

[www.marinha.pt/pt/Servicos/Paginas/  
revista-armada.aspx](http://www.marinha.pt/pt/Servicos/Paginas/revista-armada.aspx)

### Paginação eletrónica e produção

AVCprint – Artes Gráficas  
Rua dos Juncais nº 2-A  
2665-241 Malveira  
Telef. +351 219 750 561  
(Chamada para rede fixa nacional)

### Publicação Oficial da Marinha

Periodicidade mensal  
Nº 617 / Ano LV  
Maio 2026  
Tiragem média mensal  
3250 exemplares

### Revista registada na ERC

Registo nº 127719  
Depósito legal nº 55737/92  
ISSN 0870-9343

### Propriedade

Marinha Portuguesa  
NIPC 600012662



REVISTA DA  
**ARMADA**

## NAVEGANDO PELA PALAVRA...

*Escrever*

5

«Ora bem, eu tenho a minha lua muito especial. Passo o dia e a noite obcecado por uma só e única ideia: escrever, escrever, escrever. Mal acabo uma história e já estou a escrever outra, por esta ou por aquela razão, e depois escrevo outra, e mais outra... Ponho-me a escrever, a escrever sem parar, como um cavalo de diligência, não sei fazer de outra maneira. Quando chego ao fim do meu trabalho, ou me meto num teatro ou vou para a pesca. Ao menos, nessa altura, eu deveria poder esquecer e repousar um pouco – mas não! oh maravilha! – uma autêntica bala de canhão começa às voltas no meu cérebro, a sacudi-lo. É um novo tema para uma história, que me empurra para a minha secretária, e aí tenho eu, uma vez mais, de escrever, escrever. É e será sempre assim, não encontro paz em mim próprio, sinto que estou a consumir a minha vida. Julga que os meus conhecidos e amigos íntimos me tratam como uma pessoa normal? “O que é que tu andas a escrever?”, perguntam-me. “O que é que nos vais oferecer proximamente?” Sempre assim, sempre, mas quer parecer-me que toda essa atenção, da parte dos meus conhecidos, o constante elogio, um permanente encantamento, são uma manobra enganadora. Estão a iludir-me, como é costume fazer-se aos doentes. E até receio, por vezes, que estejam ali, atrás das minhas costas, prontos para saltarem e meterem-me no manicómio.»

Anton Tchekhov (1860-1904), *A Gaivota*

Não tendo eu uma lua como a personagem de Tchekhov, a minha inspiração emana de uma “luzinha” muito especial. Embora me socorra amiúde de testemunhos que muito prezo, escrever decorre sempre na primeira pessoa. As palavras afloram na mente e escorrem pelos dedos. Curto-circuitam a língua e concedem-lhe folga. Quando proferidas, “palavras, leva-as o vento”. Escrevo com receio de escrever, confesso. De me frustrar com aquilo que sai. E fico apavorado quando não escrevo. Entre a frustração e o pavor, vivo ciente de que a inspiração se esgotará.

«Escrever é uma doença, uma compulsão, não é um trabalho. Se houver algo que eu queira dizer, preciso de escrever. Fico mais feliz quando estou a escrever. [...] E acho que a palavra que resume a minha vida é gratidão», confessou o escritor Dan Brown numa recente entrevista ao *Expresso*. Revejo-me nas suas palavras. Escrever é desabafar e esvaziarmo-nos. Emprestamo-nos para revelar, como intuiu Fernando Pessoa (1888-1935):

«Às vezes tenho ideias felizes,  
Ideias subitamente felizes, em ideias  
E nas palavras em que naturalmente se despegam...

Depois de escrever, leio...

Porque escrevi isto?

Onde fui buscar isto?

De onde me veio isto? Isto é melhor do que eu...

Seremos nós neste mundo apenas canetas com tinta

Com que alguém escreve a valer o que nós aqui traçamos?»

«Não sou eu quem escrevo. Eu sou a tela  
E oculta mão colora alguém em mim.  
Pus a alma no nexo de perdê-la  
E o meu princípio florescem em Fim.»

N'As *Cartas Exemplares*, Gustav Flaubert (1821-1880) revela: «Eu sou um homem-pena. Sinto através dela, por causa dela, em relação a ela e muito mais com ela. Ninguém, mais do que eu, tem o sentimento da miséria da vida. Não acredito em nada, nem em mim mesmo. O que me frequenta a cada minuto, o que me tira a pena das mãos quando estou a tomar notas, o que me faz deixar o livro quando leio, é o meu velho amor, é a mesma ideia fixa: escrever! É por isso que não faço mais nada, embora me levante bem cedo e saia muito pouco. Escrever é uma forma de viver.»

Mario Vargas Llosa (1936-2025) dizia que «o escritor não escolhe os temas, é escolhido por eles; escreve sobre certos assuntos porque certas coisas lhe aconteceram. O ponto de vista do escritor é o vivido, que não é o ponto de chegada: deve-se transformar o vivido, enriquecê-lo, misturá-lo, manipulá-lo até que ele adquira vida própria.» Em linha com José Saramago (1922-2010), que apançou: «ser escritor não é apenas escrever livros, é muito mais uma atitude perante a vida, uma exigência e uma intervenção». Em seu entender, «escrever é um modo de viver, mas pressupõe ter vivido.» Ninguém escreve sem ter vivido, é condição *sine qua non!* E não é pouco.

«Toda a gente pode escrever, toda a gente deve escrever», advogou Miguel Esteves Cardoso na apresentação do seu livro *Como Escrever*. É um dom que expurga a alma. Fazemo-lo por necessidade de partilhar o nada que sabemos e o muito que sentimos. Libertamos o que nos transcende. Há quem leve a escrita excessivamente a sério e há quem nada se interesse com a forma. Escrever é esculpir combinações de palavras. Conferir-lhes sentido, colori-las em diferentes matizes. Há palavras que nos coagem. Ficam a ruminar e depois escorrem como mel. Ainda que ninguém leia, escrevemos sempre para a eternidade. Está escrito!

Em *Confissões de um Jovem Romancista*, Umberto Eco (1932-2016) afirma que a «genialidade é composta de dez por cento de inspiração e noventa por cento de transpiração». «É um acto de higiene pessoal. Um duche. Quando me sento para escrever um livro», confessou George Orwell (1903-1950) em *Why I Write*. Numa entrevista, Mário Zambujal (1936-2026) assumiu que «escrever é um bom exercício para o cérebro, porque está a funcionar em pleno, está a ser chamado a ter ideias. Quando se escreve, estamos a viver o mundo das personagens que estamos a criar. Vamos seguindo, ocupando as cadeiras de outros e depois estamos lá». Quando escrevemos, perseguimos quem somos até nos encurralarmos. Nesse labirinto, vislumbramos o desígnio que nos assombra a existência.

Pouco tenho a dizer e muito para escrever, admito. Algumas coisas interessantes e, sobretudo, muitas coisas



banais. Umas com sentido e a maior parte sem nexo algum. A sua relevância é meramente de contexto. É agora ou perde(u)-se a oportunidade.

No prefácio de *Os Pilares da Terra*, Ken Follett afirma que «os palhaços não se devem aventurar a representar Hamlet; as estrelas da pop não devem compor sinfonias. Eu não deveria ter arriscado a minha reputação escrevendo uma obra fora do meu género habitual nem tão-pouco excessivamente ambiciosa».

«Escrever é um bocado fazer respiração boca-a-boca ao dicionário de Moraes, à gramática da quarta classe e aos restantes jazigos de palavras defuntas», atestou António Lobo Antunes (1942-2026) na *Memória de Elefante*. Quando questionado, confidenciou que «escrever é como uma droga dura. Sempre negocie livros com a morte. Ela deixa-me escrever mais dois livros, mais três livros. [...] São precisas três coisas para escrever: paciência, solidão e orgulho. Isso é que faz com que escreva, e reescreva e reescreva e reescreva...», como a personagem de Tchekhov.

Sobre a compulsão para escrever, atente-se no testemunho do filósofo Søren Kierkegaard (1813-1855): «Terminei uma obra de alguma importância para mim, estou a trabalhar arduamente numa outra, e a minha biblioteca é-me indispensável, bem como uma gráfica. No início, estive doente, mas agora sinto-me bem, isto é, na medida em que o meu espírito cresce dentro de mim e provavelmente matará o meu corpo. Nunca trabalhei tão arduamente como agora. Faço uma curta caminhada de manhã. Depois regresso a casa e sento-me no meu quarto ininterruptamente até cerca das quinze horas. Os meus olhos mal conseguem ver. Com a minha bengala na mão, vou furtivamente ao restaurante, mas sinto-me tão fraco que creio que, se alguém chamasse por mim, esmorecia e morria. A seguir, regresso a casa e começo de novo. Na minha indolência, durante os meses passados, bombeei um verdadeiro banho de chuva; agora, puxo o fio e as ideias caem em cascata sobre mim.»

Em *Anatomia da Errância*, Bruce Chatwin (1940-1989) desabafa: «Aqueles de nós que se atrevem a escrever livros agrupam-se aparentemente em duas categorias: os que «esgravataram» e os que avançam. Há escritores que só conseguem funcionar «em casa», com a cadeira certa, as estantes de dicionários e enciclopédias e, talvez agora, o processador de texto. E há aqueles, como eu, a quem «a casa» paralisa, para quem «a casa» é sinónimo do proverbial bloqueio do escritor e que acreditam ingenuamente que tudo sairia bem se estivessem muito simplesmente noutro sítio qualquer. Até entre os muito grandes encontramos a mesma dicotomia: Flaubert e Tolstói a trabalhar em bibliotecas; Zola com uma armadura ao lado da mesa de trabalho; Poe na casa de campo; Proust na sala forrada a cortiça. Por outro lado, entre os «itinerantes», temos Melville, que foi «neutralizado» pelo estatuto de cavaleiro de Massachusetts, Hemingway, Gógol e Dostoiévski, cujas vidas, por escolha ou por necessidade,

foram uma sessão vertiginosa de hotéis e quartos alugados – e, no caso do último, uma prisão siberiana.»

A palavra que melhor sintetiza a minha existência é também gratidão. Por tudo. Pelo que escrevo e até pelo que não escrevo. Pelo que quero escrever e pelo que não sei se alguma vez terei capacidade ou coragem de escrever. É um ato de confissão. De perdão e doação plena. Expurgamos e tornamo-nos cúmplices do leitor. Compartilhamo-nos por palavras. Quando alguém nos lê, olha-se a um espelho eivado de concavidades e convexidades. Deformidades que consomem o ego e aquietam a alma. Não ficamos impunes.

Inspiro-me no que leio. Não qualifico. Todo o conhecimento e todas as perspectivas me são úteis. Ficção, ensaios, biografias, estudos, entrevistas. Fiz minha a frase de Bernardo de Chartres (c. 1130-1160) «se vi mais longe, foi porque estava aos ombros de gigantes», tornada célebre por Isaac Newton (1643-1727) na carta que escreveu Robert Hooke (1635-1703), referindo-se a Johannes Kepler (1571-1630) e a Galileu Galilei (1564-1642). Nela confidenciava que sem eles não teria chegado às leis da mecânica física. Pessoalmente, não vi mais longe. Seria atrevimento meu. Aos ombros de tantos gigantes deparei-me com revelações, que partilho. Ainda que empreste voz ou o faça por solicitação, escrever é uma a(di)ção na primeira pessoa. Se me (de)formo no que leio, o mais relevante assoma na alma. Parafraseando S. Paulo (Gl 2, 20), já não sou eu que escrevo...

**«Tive, porém, a partir dessa altura, outras razões que me fizeram mudar de opinião e pensar que devia continuar verdadeiramente a escrever todas as coisas julgadas de alguma importância, à medida que lhes fosse descobrindo a verdade, e a pôr nisto o mesmo cuidado como se tencionasse mandá-lo imprimir. Antes de tudo, era mais uma ocasião de as examinar bem, porque, sem dúvida, se olha sempre com mais pormenor o que se crê dever ser visto por vários do que aquilo que se faz apenas para si mesmo. E, muitas vezes, as coisas que me pareceram verdadeiras quando comecei a concebê-las pareceram-me falsas quando as quis passar ao papel. Outra razão é não perder ocasião nenhuma de ser útil ao público, se for capaz disso. E se os meus escritos valem alguma coisa, os que os tiverem depois da minha morte usem-nos como mais convier.»**

René Descartes (1596-1650), *Discurso do Método*

#### Agradecimento:

À *Revista da Armada*, pela publicação dos meus escritos desde 1994. Por ordem cronológica e na esperança de não os haver defraudado, grato aos que na Marinha Portuguesa mais me incentivaram a escrever: CTEN Rodrigues da Costa, VALM Ferraz Sacchetti (1930-2009), CALM Roque Martins, VALM Silva Horta (1920-2012), CMG Martins e Silva (1932-2021), CALM Leiria Pinto, CMG Homem de Gouveia e ALM Macieira Fragoso.



António Manuel Gonçalves

CFR

Antigo Comandante do NRP Sagres (2015-2017)

# MARINHA RECEBE A PRIMEIRA VISITA OFICIAL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

No passado dia 22 de abril, a Marinha Portuguesa recebeu a primeira visita oficial do Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas, Dr. António José Seguro.

A visita, acompanhada pelo Chefe do Estado-Maior da Armada e Autoridade Marítima Nacional (CEMA e AMN), Almirante Jorge Nobre de Sousa, contou com a presença do Secretário de Estado Adjunto e da Política da Defesa Nacional, Dr. Nuno Pinheiro Torres, iniciou-se com o embarque na lancha de fiscalização rápida NRP *Orion*, na Doca da Marinha, em Lisboa, seguindo-se a navegação até à Base Naval de Lisboa (BNL), em Almada.

À chegada à BNL, o Presidente da República efetuou a revista aos navios da Marinha atracados, com as guarnições estendidas em postos de honras militares. Durante a passagem pelo NRP *Bartolomeu Dias*, a guarnição executou três vivas ao Comandante Supremo das Forças Armadas, imediatamente antes de desembarcar. De seguida, o Presidente da República dirigiu-se ao Palácio do Alfeite, onde foram prestadas as devidas honras militares, com a execução de 21 tiros de salva, pelo NRP *Sines*.

Após a revista às forças em parada e desfile em continência ao Presidente da República, foi efetuada uma apresentação sobre a Marinha, no Centro Integrado de Treino e Avaliação Naval (CITAN), que incluiu uma intervenção inicial do Almirante CEMA e AMN.

A visita contou ainda com uma exposição de meios da Célula de Inovação e Experimentação Operacional de Sistemas Não Tripulados (CEOV), onde foi apresentado o Veículo Não Tripulado de Superfície "Shiver", bem como a capacidade de comando, controlo e comunicações modular e contentorizada, desenvolvida pela Marinha em parceria com a indústria nacional, e que foi utilizada no apoio à população da zona Centro, na sequência da depressão *Kristin*.

Seguiu-se uma visita a bordo do NRP *Bartolomeu Dias*, onde o Presidente da República recebeu um *briefing* sobre as capacidades do navio, visitou o helicóptero orgânico e uma exposição estática de sistemas aéreos não tripulados, passíveis de integrar as operações da fragata. A bordo estava também presente uma equipa de Fuzileiros do Destacamento de Abordagem.

No final, o Dr. António José Seguro assinou o Livro de Honra da Marinha, marcando assim aquela que foi a primeira visita oficial do Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas.



Fotos SCHA Ferreira Dias



Colaboração do **SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO, INFORMAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS**



# NRP TRIDENTE

## REAFIRMA A RELEVÂNCIA ESTRATÉGICA DA ARMA SUBMARINA

No passado mês de novembro, o NRP *Tridente* regressou à Base Naval de Lisboa, após participação no FOST (*Fleet Operational Standards and Training*) e na Operação NATO *Brilliant Shield*, onde voltou a reafirmar a relevância estratégica da arma submarina no panorama aliado. Estes dois compromissos, de natureza distinta, mas complementar, demonstraram a elevada prontidão, discricção e eficácia do submarino *Tridente*, bem como a competência da sua guarnição em ambientes exigentes e em zonas onde a presença de meios militares russos é recorrente e cada vez mais provocatória.

O FOST, conduzido pela *Royal Navy*, é amplamente reconhecido como um dos programas de treino naval mais rigorosos da Aliança Atlântica e parceiros. Durante três semanas, o NRP *Tridente* participou no treino de diversas unidades navais e aéreas de países aliados, em cenários complexos de guerra antissubmarina. Para o NRP *Tridente*, o FOST representa simultaneamente um desafio e uma oportunidade de validar os seus procedimentos e de consolidar as capacidades específicas que fazem dos submarinos portugueses uma ferramenta essencial de dissuasão e de recolha de informação.

Após concluir mais uma “weekly war” com a fragata dinamarquesa *Esberne Snare* e com aeronaves britânicas, o NRP *Tridente* largou de Plymouth para integrar a Operação *Brilliant Shield*, um esforço conjunto da Aliança Atlântica que compreende atividades terrestres, marítimas e aéreas, a realizar no Atlântico Norte e no mar Báltico, com o objetivo de dar resposta ao contexto securitário envolvente, bem como reforçar a dissuasão e a capacidade de defesa da Aliança. Nesta missão o papel do submarino português foi particularmente relevante na monitorização de áreas sensíveis, contribuindo para o conhecimento situacional marítimo da Aliança. A capacidade de permanecer longos



períodos em imersão, operar discretamente e detetar movimentos de unidades de superfície e de subsuperfície garantiram à NATO a patrulha contínua e a recolha de informação de unidades de interesse que transitavam no Atlântico Norte.

Tanto no FOST como na Operação *Brilliant Shield*, o desempenho do NRP *Tridente* refletiu a dedicação da sua guarnição, cuja preparação começou no início do segundo semestre de 2025, com a realização de Provas de Mar, um Plano de Treino de Segurança (após Docagem) e a participação no exercício nacional REPMUS25.

A presença do NRP *Tridente* nestes compromissos reafirma o contributo de Portugal para a segurança coletiva, ao mesmo tempo que fortalece o prestígio da Marinha e projeta o profissionalismo dos seus militares no seio da NATO.



Colaboração da **ESQUADRIHA DE SUBSUPERFÍCIE**





# ESTALEIRO NAVAL JAIME COSTA

## 2. EMBARCAÇÕES RENASCIDAS

*«Não é uma tarefa fácil abordar a questão das embarcações tradicionais portuguesas, porque deparamos com uma grande variedade de barcos em toda a história náutica portuguesa. Essa grande variedade de formas das nossas embarcações deve-se ao estilo próprio de cada estaleiro ou povoação, às funções e às áreas geográficas (mares ou rios) onde eram utilizadas. O Tejo foi o rio português que nos presenteou com maior variedade e riqueza náutica, desde Vila Velha de Ródão até à sua foz. De facto, a iconografia portuguesa é abundante na representação do porto de Lisboa e do leito do Tejo enxameado de velas de embarcações de variadíssimas tipologias, quer do tráfego fluvial e marítimo quer da pesca. Basta recordar as palavras de Brito Aranha escritas na segunda metade do século XIX para adivinharmos essa grandeza que a actividade náutica oferecia ao extenso Mar da Palha, vasto espelho de água, onde se expunham e reflectiam miríades de velas latinas.»*

António Nabais, *Barcos do Tejo*

sem termo que Mestre Jaime Costa prossegue e, acima de tudo, um contributo ímpar para a preservação dos saberes da construção tradicional em madeira, no Tejo e em Portugal. De sublinhar que os dados relativos às embarcações intervencionadas foram obtidos pela Dra. Patrícia Silva, do Museu Nacional de Arqueologia, no *Livro de Encalhes* do Estaleiro Jaime Costa, sendo que o primeiro volume (1955-1968) está hoje desaparecido. Felizmente, o Arquivo Histórico da Marinha alberga os registos das primeiras construções realizadas naquele estaleiro. No segundo volume, encontram-se registadas todas as intervenções efetuadas naquele estaleiro, desde 1969 até à atualidade, conforme gráfico gentilmente cedido pela autora.

À época, estas embarcações típicas eram propriedade dos armadores e particulares, sendo manobradas pelos fragateiros que na sua atividade determinavam o valor dos contratos e dos fretes para os diferentes tipos de mercadorias, muito embora fossem os respetivos arrais quem detinha o conhecimento da sua operação, tanto ao nível da estiva como dos fundos do Tejo, assim como da influên-

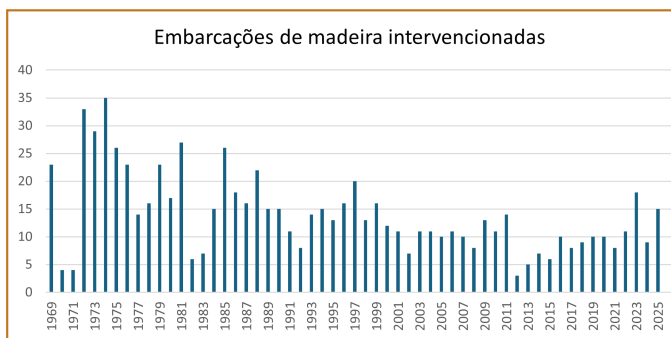
Com orgulho e sentimento do dever cumprido, o Estaleiro Naval Jaime Costa celebrou em 2025 sete décadas de atividade na construção e na recuperação das embarcações tradicionais de madeira, sem as quais o Tejo e o Sado estariam hoje muito mais pobres. De acordo com o respetivo *Livro de Encalhes*, desde que o estaleiro está na posse da família já foram efetuadas mais de 750 intervenções em embarcações de madeira das mais variadas tipologias, desde manutenções, recuperações e novas construções.

Face ao grande número de intervenções realizadas no Estaleiro Naval Jaime Costa, abordaremos aqui tão-somente os casos que implicaram mais de 50% da embarcação, bem como as que foram construídas de raiz respeitando as suas características originais. É um trabalho



Fotos Estaleiro Jaime Costa

Embarcações em estado de decomposição ancoradas no estaleiro



Barcos engalanados na festa da Moita



cia das correntes induzidas pelas marés. Presentemente, as embarcações típicas renascidas constituem o aspeto mais relevante do património cultural do Tejo. A grande maioria pertence aos municípios ribeirinhos ou a clubes, associações e particulares, que as mantêm a navegar e promovem ações com vista à sua regular manutenção no Estaleiro Jaime Costa.

Na categoria dos barcos de tráfego local temos a fragata, o varino e o bote fragata. E na categoria dos barcos de pesca encontramos a muleta, a canoa de pesca, a canoa cacilheira, a canoa monótipo, o catraio e a lancha fragateira. Entre as tipologias infelizmente desaparecidas, contam-se, entre outros, o bote tataranha, a canoa da picada, o varino de águas acima e as faluas.



### FRAGATA

Embarcação do estuário do Tejo com maior capacidade de carga de mercadorias utilizada no tráfego local. Dispunha de fundo redondo, proa direita e comprimento entre os 16 e os 30 metros. De manobra exigente e fundo adequado a águas mais profundas, conta com vela de carangueja e de estai, que lhe conferem bom controlo mesmo com vento forte. Distingui-se das demais embarcações pela pintura preta e falca verde.

NOME	COMPRIMENTO	INTERVENÇÃO	PERÍODO	PROPRIETÁRIO À DATA DA RECUPERAÇÃO
<i>Afonso de Albuquerque</i>	27,5 metros	60%	1990	Mosca & Filhos Marítima Turística Lda.

### VARINO

Embarcação típica do tráfego local, com comprimento aproximado entre os 12 e os 30 metros. Caracteriza-se pelo fundo chato (plano), meia quilha e paus de aresta, além de proa redonda. Usava, por norma, vela de carangueja e vela de estai. Muito exigente na manobra e com grande capacidade de carga, entre as 12 e as 200 toneladas.

NOME	COMPRIMENTO	INTERVENÇÃO	PERÍODO	PROPRIETÁRIO À DATA DA RECUPERAÇÃO
<i>Amoroso</i>	24,25 metros	80%	2009	C. M. Seixal
<i>Boa Viagem</i>	19,47 metros	80%	2010-2011	C. M. Moita
<i>Cristina / Sou do Tejo</i>	19 metros	60%	1986	Jaime Costa
<i>Liberdade</i>	18 metros	50%	2016-2017	C. M. V. F. Xira
<i>Vala Real</i>	12,5 metros	nova	1998	C. M. Azambuja

### BOTE-FRAGATA

Embarcação de fundo redondo e proa direita, variando entre os 13,5 e os 16,5 metros de comprimento, à semelhança das fragatas. Era usada no transporte local de pessoas e de mercadorias no estuário do Tejo, destacando-se pela rapidez e boa manobrabilidade nas travessias do rio. Em termos de aparelho, dispunha de vela com carangueja e estai.

NOME	COMPRIMENTO	INTERVENÇÃO	PERÍODO	PROPRIETÁRIO À DATA DA RECUPERAÇÃO
<i>Sejas Feliz</i>	15 metros	50%	2013	Jaime Costa
<i>Baía do Seixal</i>	13,5 metros	60%	2020	C. M. Seixal
<i>Bote Leão</i>	15,5 metros	nova	2016	C. M. Alcochete
<i>O Aldeano*</i>	16,5 metros	nova	2024-2026	C. M. Montijo

\* Lançamento à água em 17 de maio de 2026.

### MULETA

Embarcação de fundo de meia quilha e proa redonda, cujo comprimento oscilava entre os 15 e os 18 metros. Era sobretudo utilizada na pesca de arrasto nomeadamente na arte da tartaranha, técnica tradicional de captura com redes arrastadas. Tradicionalmente, o seu aparelho contava com nove velas, destacando-se a vela bastarda que favorecia tanto a propulsão como a manobrabilidade. A robustez da construção permitia quer a utilização de várias velas quer a navegação intensiva, tanto em águas abrigadas como na costa.

NOME	COMPRIMENTO	INTERVENÇÃO	PERÍODO	PROPRIETÁRIO À DATA DA RECUPERAÇÃO
<i>Álvaro Velho</i>	15 metros	nova	2018	C. M. Barreiro

### CANOA

Embarcação de fundo redondo e quilha comprida, variando o seu comprimento de acordo com a utilização. Tinha vela alongada com carangueja e verga, que favorecia a manobra. A canoa de pesca tem comprimento entre os 7 e os 9 metros e era usada na pesca de cerco, com grande presença no Montijo, Seixal e Barreiro. A canoa cacilheira tem proa direita e o comprimento oscilava entre os 9 e os 11 metros. Era sobretudo utilizada no transporte de pessoas, entre localidades ribeirinhas.

NOME	COMPRIMENTO	INTERVENÇÃO	PERÍODO	PROPRIETÁRIO À DATA DA RECUPERAÇÃO
<i>Boneca</i>	8 metros	80%	1996	Grupo de Amigos do Museu de Marinha
<i>Deolinda Maria</i>	9 metros	65%	2019	C. M. Montijo
<i>Diana</i>	9 metros	nova	2016	Marco Mosca
<i>Esperança</i>	11 metros	nova	2006	Jaime Costa
<i>Madalena</i>	9 metros	nova	2016	Marco Mosca
<i>Mariana Costa</i>	8,7 metros	nova	1997	Jaime Costa
<i>Ponta da Marina</i>	9 metros	nova	2000	Associação Naval Sarilhense
<i>Primavera</i>	10 metros	80%	1996	Zé Natal
<i>Riga</i>	8,5 metros	70%	2023	Pizzas
<i>Sempre Consegui</i>	9 metros	nova	1965	Manuel Pereira Rocha
<i>Senhora do Cabo</i>	8 metros	80%	1986	João

### GALEÃO

Embarcação tradicional do rio Sado de casco redondo, popa ogivada, leme por fora e roda de proa inclinada para vante, são embarcações rápidas e boa navegabilidade, tanto em águas abrigadas como costeiras. Presentemente, existem a navegar em Portugal cerca de 10 galeões com estas características, tendo a tipologia resultado da conversão das embarcações de pesca para transporte de sal e de outras mercadorias.

NOME	COMPRIMENTO	INTERVENÇÃO	PERÍODO	PROPRIETÁRIO À DATA DA RECUPERAÇÃO
<i>Estou para ver</i>	18,52 metros	90%	2019	C. M. Cascais
<i>Zé Mário</i>	18 metros	80%	1996-1998	Estuário do Sado (ICN)

### HIATE

Embarcação tradicional de Setúbal de quilha comprida, fundo redondo, proa inclinada, popa ogivada e porões tapados. Equipada com dois mastros, velas de carangueja e de estai, era utilizada no transporte de mercadorias.

NOME	COMPRIMENTO	INTERVENÇÃO	PERÍODO	PROPRIETÁRIO À DATA DA RECUPERAÇÃO
<i>Hiate de Setúbal</i>	17 metros	nova	1993-1994	Clube Naval de Setúbal

### BARCO BUKE

Embarcação de pesca cujo comprimento oscila entre os 12 e 16 metros. Tem aparelho velico composto por vela de verga e boca bastante acentuada, que a tornava muito rápida.

NOME	COMPRIMENTO	INTERVENÇÃO	PERÍODO	PROPRIETÁRIO À DATA DA RECUPERAÇÃO
<i>Gajeiro</i>	16 metros	90%	1989	António Mosca

### CAÇADEIRA

Embarcação a remos de fundo chato e muito baixo calado, que permitiam a navegação nas margens do Tejo. O seu comprimento oscilava entre os 4 e os 5 metros.

NOME	COMPRIMENTO	INTERVENÇÃO	PERÍODO	PROPRIETÁRIO À DATA DA RECUPERAÇÃO
<i>Atalaia</i>	5 metros	nova	1957	Manuel Nunes



### CHATA

Embarcação a remos semelhante à caçadeira e cujo comprimento oscilava entre os 5 e os 6 metros.

NOME	COMPRIMENTO	INTERVENÇÃO	PERÍODO	PROPRIETÁRIO À ÉPOCA
<i>Beatriz</i>	4,5 metros	nova	1956	José Gaudêncio (perdida)
<i>Madalena Fernandes</i>	6 metros	nova	1956	José Jorge Bernardo (perdida)

### PESCA LOCAL

Embarcação de pesca de cerco, do Montijo. Equipada com velas de verga, tinha como auxiliares as canoas de "paus e redes".

NOME	COMPRIMENTO	INTERVENÇÃO	PERÍODO	PROPRIETÁRIO À ÉPOCA
<i>Joaquim Jorge</i>	9 metros	nova	1967	António Fernando Fragateiro Lucas (perdida)
<i>Santa Margarida</i>	8 metros	nova	1965	José da Silva Almeida (perdida)

### TRAINEIRA DE PESCA

Embarcação de pesca de arrasto ou pesca à linha e cerco.

NOME	COMPRIMENTO	INTERVENÇÃO	PERÍODO	PROPRIETÁRIO À ÉPOCA
<i>Miradouro</i>	17 metros	90%	1987	Henriques Maria Ultrich Anjos (perdida)



De acordo com o Mestre Jaime Costa, entre o construir de novo e o recuperar uma embarcação abandonada no Tejo, como sucede com algumas das que se encontram no estaleiro e condenadas ao desaparecimento, a sua opinião vai sempre no sentido da recuperação. É dessa forma que demonstra todo o seu respeito e o sentimento de homenagem aos antigos construtores navais, tal como aconteceu com o bote *Sejas Feliz*, construído pelo seu pai no estaleiro do Gaio, em 1947. Aquando da sua recuperação em 2013, por vezes emocionava-se em virtude de grande parte daquele trabalho ter sido feito pelo seu progenitor. Foi a melhor forma de homenagear o trabalho do seu pai e do mestre Francisco Lopes, à época o proprietário do estaleiro naval

do Gaio, atualmente desativado. O mesmo sucederia com a fragata *Afonso Albuquerque*, construída em Alcochete pelos irmãos Martins, em 1943. Quando há 33 anos recuperou esta embarcação, era frequente comover-se quando se deparava com a dimensão das peças, algumas com 20 metros, como era o caso dos dormentes. Nessas ocasiões, clamava: «abençoados homens que fizeram a obra da fragata, com as ferramentas tradicionais da época.»

Preservando um legado cultural ímpar, as embarcações típicas recuperadas por Mestre Jaime Costa são utilizadas no recreio local, para gaudir dos que as observam a navegar, e, sobretudo, para os que nelas têm a honra e o privilégio de embarcar. Seguindo a tradição herdada, atualmente



Levantamento e localização dos mastros e das medidas de um iate enterrado no lodo, que estiveram na origem dos desenhos do Hiate de Setúbal



Reparação do varino Amoroso

Fotos: Estaleiro Jaime Costa



todas estas embarcações se encontram ornamentadas com pinturas e motivos tradicionais associados à cultura ribeirinha, ao quotidiano ou à simbologia local, nomeadamente à proa e nas anteparas de ré, constituindo um reforço da sua identidade cultural e um deleite para a vista. Até ao seu falecimento em 1999, era o pintor Henrique Rodrigues quem efetuava as pinturas decorativas das embarcações no Estaleiro Jaime Costa, tarefa que seria prosseguida pelo seu filho Eduardo Rodrigues a partir de 2016. De permissão, as pinturas ornamentais foram efetuadas pelo pintor Diogo Gomes.

*«A frota dos Barcos Tradicionais do rio Tejo tem vindo, ao longo dos últimos anos, a crescer fruto do trabalho desenvolvido pela Marinha do Tejo e das novas gerações que veem nestes barcos histórias do passado e testemunhos para o futuro. Navegar num barco tradicional é mais do que uma experiência de vela, é o tentar imaginar o que foram esses mesmos barcos e o papel que tiveram no desenvolvimento económico e social de uma região.»*

Vasco de Melo Gonçalves



**António Manuel Gonçalves**

CFR

Antigo Comandante do NRP Sagres (2015-2017)

#### Agradecimentos:

À Dra. Patrícia Silva e ao Mestre Jaime Costa, pela cedência das informações, das fotos e revisão deste artigo. Ao pintor Eduardo Rodrigues, pela cedência das fotos com as pinturas decorativas das embarcações, assim como das pinturas efetuadas para o presente artigo. À fotógrafa Zélia Paulo Silva, pela cedência das fotos.



Varino Liberdade, da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira



Muleta Álvaro Velho, da Câmara Municipal do Barreiro



Canoa Sempre Consegui pertencente a Manuel Gonçalves



Bote Leão, da Câmara Municipal de Alcochete



Varino Boa Viagem, da Câmara Municipal da Moita

Fotos Zélia Paulo Silva





# A AMEAÇA TERRORISTA NÃO DESAPARECEU!

Em 2012, Sir Richard Dearlove, chefe do *Secret Intelligence Service* (MI-6) entre 1999 e 2004, durante uma conferência no *Kings College*, em Cambridge, apresentou a forma como a gestão da ameaça condiciona os serviços de informações, pois os limites impostos pela falta de recursos humanos e financeiros assim o dita. Segundo ele, durante o auge da Guerra Fria cerca de 40% a 50% dos recursos da comunidade de informações e segurança estavam inteiramente dedicados à União Soviética e às suas forças. Em 1966, quando do seu ingresso no MI-6, não havia qualquer estrutura com responsabilidade sobre o contraterrorismo. Mas entre os finais da década de 1970 e 1990 o fenómeno do terrorismo começou a despontar sobremaneira. Primeiro com o terrorismo palestino – a OLP (Organização para a Libertação da Palestina) e mais tarde a JIP (Jihad Islâmica Palestina) e o Abu Nidal, que era, por assim dizer, um subgrupo da OLP, um subgrupo muito independente, perigoso e letal.

Depois surgem o terrorismo irlandês, essencialmente o surgimento do IRA Provisório (PIRA), e o terrorismo basco, a ETA, que apresentam grandes semelhanças em termos de ideologia, *modus operandi* e alvos dos ataques. Haviam, ainda neste período, outros movimentos nacionalistas, que tiveram ramificações terroristas, algumas bastante importantes. Eram, por assim dizer, responsáveis por incidentes que chamavam a atenção, mas apenas por breves momentos, como movimentos terroristas arménio, curdo, e até na Suíça, no Jura, onde um pequeno grupo violento explodiu com linhas elétricas e telefónicas, quando a parte francófona do cantão do Jura foi integrada no cantão-mãe. E finalmente, os grupos terroristas ideológicos urbanos, sendo o *Baader-Meinhof* o mais famoso na Alemanha, e a Fração do Exército Vermelho e depois toda uma série de diferentes grupos extremistas italianos.

Na Alemanha, o *Baader-Meinhof* era um pequeno movimento urbano, altamente letal, desiludido com a identidade da República Federal Alemã do pós-guerra, com a influência da cultura americana e com a dificuldade de definir a identidade alemã. De forma semelhante, em Itália – sobretudo do final dos anos 1970 ao início dos anos 1980 –, o terrorismo urbano foi dominado pelas Brigadas Vermelhas, acompanhadas por vários pequenos grupos extremistas. Uma parte significativa do financiamento da Fração do Exército Vermelho – e provavelmente das Brigadas Vermelhas – veio da União Soviética e da Alemanha Oriental.

Os países mais afetados por este flagelo desenvolveram naquele período as capacidades para erradicar o agente de ameaça que aterrorizava o seu domínio interno. Após a sua extinção, os serviços de informações começaram rapidamente a desinvestir dos recursos humanos e financeiros, pois a partir dos meados da década de 1990 não havia um agente de ameaça que justificasse um robusto aparato securitário. Mas esta aparente acalmia só durou até ao ataque às Torres Gémeas, em Nova Iorque, no dia 11 de setembro de 2002. Depois desta fatídica data, os serviços de informações tiveram novamente de se adaptar e retomar novamente a atividade antiterrorista.

Com a invasão da Ucrânia por parte de Rússia, em fevereiro de 2022, e com a consequente ameaça que isto representa para território europeu, a prioridade dos serviços de informações centrou, aparentemente, todo o seu esforço de pesquisa e análise na ação híbrida que Moscovo impõe à integridade dos Estados membros e, consequentemente, da União Europeia (UE). Os serviços de informações são normalmente direcionados pelo poder político para fazer frente às ameaças prementes e presentes no momento, pois em última análise eles querem estar bem informados sobre as decisões do imediato. E, atualmente, mesmo que a ameaça



terrorista esteja sempre presente, a preocupação que está na ordem do dia é a Rússia.

Mas não é só a Rússia que representa uma ameaça para a UE. Há outros fenómenos que no curto-médio-prazo podem «bater à porta» do espaço europeu. Nos últimos dois anos a Europa tem registados alguns atentados terroristas. No dia 4 de dezembro de 2024, no mercado de Natal em Augsburg, um homem iraquiano de 37 anos foi preso por estar a planejar um ataque terrorista durante o evento. Um ataque terrorista acabou por acontecer no dia 20 de dezembro de 2024, mas no mercado de Natal de Magdeburg, onde um homem saudita atropelou deliberadamente uma multidão de transeuntes, matando seis pessoas e ferindo outros 299. Nesse mesmo mês, mas agora na Suécia, quatro homens foram acusados de participar no planeamento e organização de um ataque terrorista contra alvos judeus em Tyresö, nos subúrbios de Estocolmo. Já no dia 22 de janeiro de 2025, um afegão atacou um grupo de crianças em Aschaffenburg, provocando a morte a uma criança de dois anos e a um homem de 41 anos, e ferindo outros três.

Nos anos de 2024 e 2025, os ataques terroristas na Europa duplicaram, atingindo 67 incidentes, o que representa um aumento de 63% em comparação com anos anteriores. Este crescimento é parcialmente impulsionado por uma nova vaga de atores isolados, também denominados por «lobos solitários», incluindo menores radicalizados online e envolvidos no planeamento de ataques. O panorama da ameaça tornou-se agora mais diversificado, estando presentes motivações *jihadistas*, de extrema-direita, de extrema-esquerda e etno-nacionalistas.

Talvez o período 2015 - 2017 tenha sido o que registou mais ataques terroristas mortíferos na Europa, com os atentados de Paris em 2015, com 130 mortos, e de Bruxelas em 2016, com 32 vítimas mortais e mais de 300 feridos. Estes ataques foram, em grande medida, coordenados por grupos *jihadistas* organizados, como o Estado Islâmico (ISIS). Após 2017, o número de ataques de grande escala e altamente coordenados diminuiu, à medida que o Esta-

do Islâmico perdeu o controlo territorial no Médio Oriente. Contudo, a ameaça manteve-se, manifestando-se sobretudo através de ataques de menor dimensão e de baixo nível tecnológico, perpetrados por indivíduos isolados ou pequenas células, frequentemente radicalizados através da *internet*.

Estes ataques caracterizam-se, em regra, por um baixo nível tecnológico, recorrendo a veículos, facas ou outras armas brancas, o que os torna mais difíceis de detetar e prevenir. Paralelamente, desde 2020, verificou-se um aumento significativo do extremismo de direita e de esquerda, tendo estes grupos passado a constituir, em 2023, a principal ameaça à segurança pública na Europa. A crescente polarização política e a agitação social contribuíram decisivamente para esta tendência, com vários incidentes relevantes, incluindo confrontos violentos e distúrbios em diferentes países.

Por outro lado, a escalada do conflito israelo-palestiniano após os ataques do Hamas de 7 de outubro de 2023 e a subsequente intervenção militar israelita em Gaza teve um impacto direto e mensurável nas tendências do terrorismo na Europa. Desde então, verificou-se um aumento significativo da propaganda *jihadista online*, com organizações associadas à Al-Qaeda e ao ISIS a explorarem o conflito para incentivar a radicalização e incitar ataques contra alvos ocidentais. Este contexto contribui para um reforço da ameaça de ataques perpetrados por «lobos solitários», muitas vezes radicalizados através da *internet* e sem ligação operacional direta a organizações terroristas, o que dificulta a sua deteção.

Paralelamente, regista-se um aumento de incidentes antisemitas e islamofóbicos, bem como um agravamento da polarização social em vários países europeus. As autoridades europeias respondem com níveis acrescidos de alerta, reforço da proteção de infraestruturas críticas e maior vigilância de fronteiras. A médio e longo prazo, a persistência do conflito e a perceção de parcialidade das potências ocidentais poderão alimentar novos ciclos de radicalização, aumentando a volatilidade do ambiente de segurança interna na Europa.



As redes sociais desempenham um papel central e profundamente transformador no recente aumento do terrorismo e do extremismo na Europa associado ao conflito israelo-palestiniano. Desde outubro de 2023, plataformas como Telegram, X (ex-Twitter), Facebook, TikTok e YouTube passaram a ser vetores privilegiados de difusão rápida de propaganda extremista, tanto por organizações jihadistas como por grupos da extrema-direita, amplificando narrativas de ódio, incitamento à violência e apelos à retaliação contra o ocidente. Os algoritmos destas plataformas digitais tendem a privilegiar conteúdos polarizadores, potenciando processos de radicalização acelerada e ações de recrutamento.

Verificou-se um foco crescente na captação de jovens e menores, através de plataformas populares junto desse público, o que se traduziu num aumento de suspeitos de terrorismo com menos de 18 anos radicalizados *online*. As redes sociais têm sido também utilizadas para incitamento direto à violência, incluindo instruções táticas, identificação de alvos e campanhas coordenadas através de *hashtags*, algumas das quais resultaram em ataques ou crimes de ódio no mundo físico. Este ecossistema digital facilita a emergência de um terrorismo de iniciativa individual, mais difícil de detetar e prevenir, ao mesmo tempo que coloca desafios significativos às autoridades e às próprias plataformas, devido ao uso de encriptação, anonimato e à disseminação transversal de conteúdos extremistas em múltiplos canais. Em conjunto, estes fatores consolidam as redes sociais como um multiplicador de ameaça no atual contexto de segurança europeia.

Os extremistas adaptaram-se rapidamente ao ambiente digital, explorando as características específicas de cada plataforma para radicalizar, recrutar e incitar à violência. Embora os governos europeus e as empresas tecnológicas tenham reforçado as suas respostas – através de legislação, moderação de conteúdos e cooperação com as forças de segurança – subsistem lacunas significativas, sobretudo no que respeita à encriptação, à amplificação algorítmica e

às limitações da jurisdição transfronteiriça. O conflito israelo-palestiniano veio expor ainda mais estas vulnerabilidades, deixando claro que o combate ao extremismo *online* exige esforços sustentados, inovadores e verdadeiramente colaborativos.

Por fim, observa-se uma alteração no perfil demográfico dos perpetradores, com uma preocupação crescente em torno da radicalização de menores, sendo os adolescentes responsáveis por uma percentagem significativa das detenções recentes na Europa associadas ao auto-denominado Estado Islâmico. Com todos estes desafios e imposições do atual cenário geopolítico e geoestratégico, os serviços de informações não podem repetir a mesma falha no fatídico 11 de setembro de 2002, decorrente do desinvestimento impulsionado por uma aparente acalmia internacional que não augurava qualquer ameaça terrorista.

Em síntese, a ameaça terrorista na Europa é um fenómeno persistente e cíclico que não desapareceu, apesar de a prioridade política atual estar focada na ação híbrida da Rússia. Este cenário de aparente acalmia, ignora um aumento apreciável de ataques que abrangem motivações *jihadistas*, de extrema-direita, extrema-esquerda e etno-nacionalistas. A evolução para ataques de baixo nível tecnológico e o papel central das redes sociais na radicalização acelerada de menores tornam a deteção extremamente complexa para as autoridades. Com o conflito israelo-palestiniano a servir de catalisador para a propaganda e a polarização social, a convergência destes fatores torna «bastante provável» a ocorrência de um atentado «espetacular» em território europeu no curto a médio prazo. A vigilância assemelha-se a um farol que, ao focar toda a sua luz numa única direção, acaba por deixar às escuras as rochas afiadas que se encontram logo abaixo da sua torre, podendo provocar um naufrágio.



F. Cavaleiro Ângelo  
CMG

Foto © Assar / Shutterstock



Foto © Yakupavuz / Shutterstock



Foto © Dmytro Fedakovskyi / Shutterstock



## GUERRA NO PACÍFICO

# O REI DOS MARES

O porta-aviões emergiu na Segunda Guerra Mundial como o símbolo e a ferramenta decisiva do poder naval moderno. Na obra **O Porta-Aviões - Rei dos Mares**, publicada em 1946, pelo 2.º Tenente da Marinha Portuguesa, Joaquim Gormicho Boavida, encontramos um retrato vigoroso dessa transformação histórica. Escrita logo após o conflito, a obra dedica-se a mostrar como a integração da aviação embarcada revolucionou a guerra no mar, deslocando o centro de gravidade da antiga esquadra de couraçados para as “cidades flutuantes” dotadas de asas e motores que alcançavam qualquer ponto do oceano. Segundo Boavida, como sublinha o prefácio do Almirante William Halsey, a Segunda Guerra Mundial “consagrou definitivamente as esquadras aéreas como arma decisiva e culminou na consagração do porta aviões como elemento determinante da guerra naval moderna”.

A Guerra do Pacífico (1941–1945) oferece o exemplo mais dramático dessa mudança de paradigma. Neste teatro, as distâncias colossais e a ausência de bases terrestres próximas dos teatros de operações fizeram com que o poder aéreo embarcado se tornasse não apenas uma vantagem tática, mas uma necessidade estratégica.

Embora a **Batalha do Mar de Coral** tenha sido o primeiro embate entre forças de porta-aviões, é a **Batalha de Midway** que é frequentemente referida pelos historiadores como o ponto de viragem do conflito. Nesta batalha, a perda dos porta-aviões japoneses não foi apenas a destruição de navios, mas o abalo fatal da capacidade japonesa de projetar poder aéreo sobre grandes distâncias, abrindo o caminho para a ofensiva americana até ao coração do Império do Sol Nascente.

Para o historiador **John B. Hattendorf**, uma das vozes académicas mais influentes na compreensão da história marítima, essa transformação não é um episódio isolado, mas parte de um longo processo de evolução estratégica que confere ao porta-aviões um papel singular na teoria e na prática da guerra naval. Embora Hattendorf tenha escrito extensivamente sobre história naval ao longo dos séculos, inclusive as relações entre estratégia marítima e poder no oceano global, a sua obra ajuda a situar o auge do porta-aviões no Pacífico dentro de um quadro mais amplo: o de uma mudança estrutural nas formas de comando do mar,

em que a capacidade de projetar poder aéreo a partir do mar expandiu o alcance da política naval para além dos limites tradicionais dos navios de linha com grande poder de fogo.

É incontestável que, no Pacífico, a supremacia aérea embarcada se tornou o critério decisivo de vitória. Os porta-aviões e as suas aeronaves lutaram longas batalhas como a **Batalha do Mar das Filipinas**, em que a superioridade americana esmagou a aviação naval japonesa, e apoiaram grandes operações anfíbias e ofensivas abrangentes. Sem estes navios, a projeção de poder através de distâncias de milhares de milhas seria impensável; a Marinha americana teria sido incapaz de manter pressão contínua sobre forças inimigas dispersas nas vastas áreas do Pacífico.

O livro de Joaquim Gormicho Boavida, com a sua ênfase nos primórdios do uso operacional e no impacto decisivo dos porta-aviões, ecoa esta interpretação: a arma aérea embarcada não apenas transformou o “modus operandi” da guerra naval, como consolidou a importância estratégica das forças marítimas capazes de controlar o ar e o mar simultaneamente.

A reflexão sobre o papel dos porta-aviões na Guerra do Pacífico remete, finalmente, para questões mais amplas sobre o poder naval no século XX. Eles não foram apenas plataformas de combate; foram instrumentos de política, capazes de projetar presença, dissuadir adversários e apoiar operações conjuntas a grandes distâncias. Essa função estratégica foi posteriormente expandida no pós guerra, em que a presença de porta-aviões continua a ser um elemento central da diplomacia naval e da projeção de poder.

A análise destes elementos reforça a compreensão de que os porta-aviões não representam apenas a evolução tecnológica de um tipo de navio, mas antes a expressão de uma profunda transformação no pensamento naval. Eles simbolizam a transição de uma guerra predominantemente marítima e terrestre para uma guerra verdadeiramente aeronaval — um contexto em que o domínio do ar se tornou condição indispensável para assegurar o domínio do mar.



Piedade Vaz  
CFR REF

Navy photo, 1944-89/85 from the U.S. Naval History and Heritage Command The Navy Department Library





# SÍRIUS

## DE IATE REAL A TESOURO MUSEOLÓGICO

### 1.ª PARTE

No dia 9 de fevereiro de 1984, o iate *Sírius*, foi colocado num berço e transportado numa viatura de 16 rodas. Sob o planeamento e coordenação do engenheiro da reserva naval Rodrigues Branco, dava entrada no Pavilhão das Galeotas do Museu de Marinha, onde se encontra exposto até aos dias de hoje. Crismado com o nome da estrela mais brilhante do firmamento, o *Sírius* navegou por mais de um século, período pouco comum para um navio de madeira. Foi iate real, navio-escola da Escola Naval, veleiro do Clube dos Oficiais e Cadetes da Armada (CNOCA) e embarcação de instrução da Brigada Naval. Este artigo pretende dar a conhecer um pouco da sua rica e diversificada história, bem como corrigir alguma informação errónea existente na escassa literatura sobre o *Sírius*.



Foto Museu de Marinha

### IATE REAL

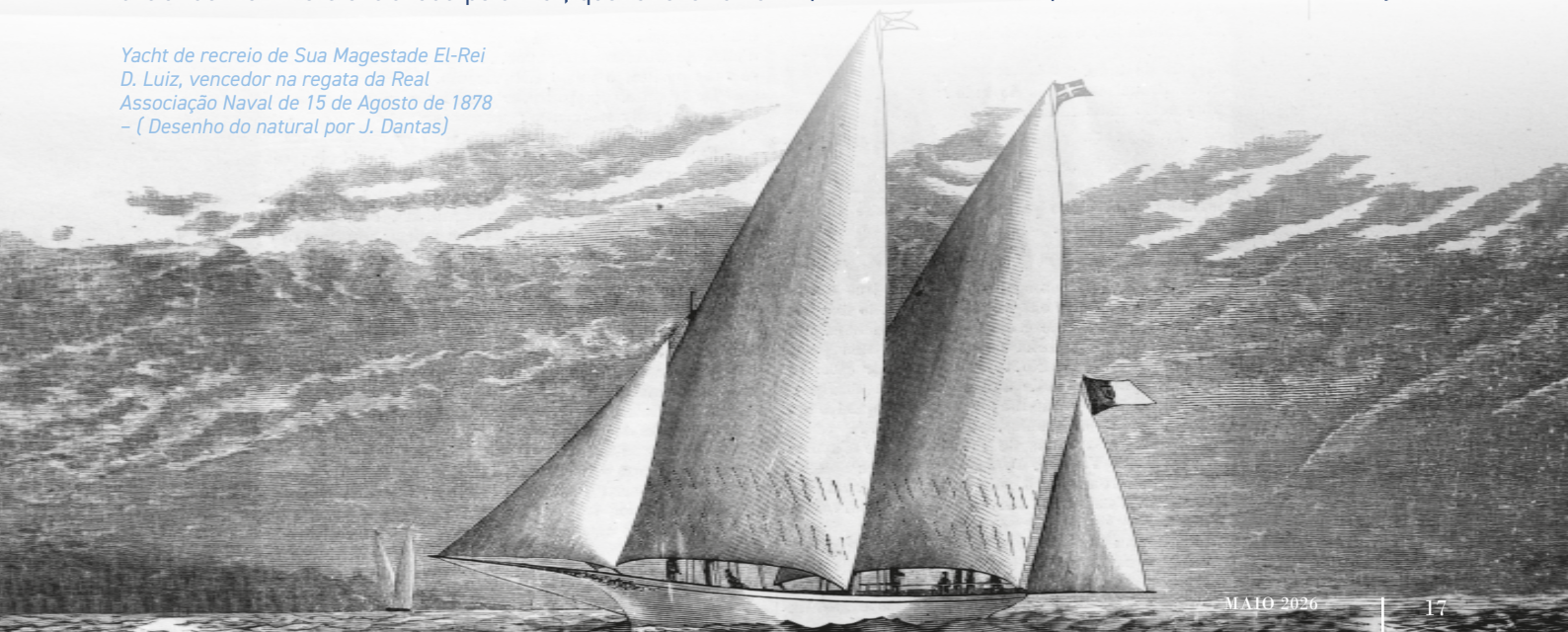
Mandado construir pelo rei D. Luís, com o objetivo de substituir o seu iate *Veloz*, que toda a gente reputava de qualidades náuticas inferiores aos pares, o *Sírius*, nome que o próprio monarca escolheu, foi construído no Telheiro das Galeotas Reais, na Junqueira. Os trabalhos decorreram sob a orientação do Capitão-tenente Carlos de Sousa Folque Possolo, oficial às ordens do rei, com o risco de Diogo Jorge Batalha, demonstrador de construção naval na Escola Naval, ficando a construção a cargo de Tomaz António Gonçalves, mestre carpinteiro de machado do Arsenal de Marinha. A cerimónia do batimento da primeira cavilha ocorreu na tarde de 14 de abril de 1877 com a presença de D. Luís e da rainha D. Maria Pia. O iate desceu discretamente a carreira no verão desse ano, no seu primeiro contacto com a água. O bota-abixo não teve qualquer cerimonial porque D. Luís, oficial de Marinha e aficionado pelo mar, queria fazer uma

surpresa à sua mulher. Quando o iate se encontrava em fase final de acabamento, o rei conduziu D. Maria Pia até à Junqueira, mostrando-lhe o elegante, formoso e confortável barco que mandara construir para lhe oferecer. A rainha ficou muito agradada com a surpresa.

Em 14 de outubro, ainda com alguns acabamentos em falta, o *Sírius* saiu a barra do Tejo em provas de mar. Uma esquadilha da Real Associação Naval, atual Associação Naval de Lisboa, constituída pelos iates *Alcyon*, *Mina*, *Teima* e *Pérola dos Açores*, acompanharam o iate real até a barra. Na navegação revelou possuir excelentes qualidades náuticas, atingindo, no regresso, 12 nós de velocidade.

O elegante *Sírius* “de formas alindadas e de muita estabilidade”, deslocava 36,5 toneladas, possuía um comprimento de 60 pés, uma boca de 12 pés e um pontal de 10 pés<sup>1</sup>. À semelhança do *Veloz*, armava em caíque, com dois enormes bastardos, uma catita a ré e uma bujarrona avante, num “pano de airoso talho e perfeito acabamento”. A utilização de

*Yacht de recreio de Sua Magestade El-Rei D. Luiz, vencedor na regata da Real Associação Naval de 15 de Agosto de 1878*  
– (Desenho do natural por J. Dantas)



velas de bastardo em embarcações de competição e recreio corresponde a uma idiossincrasia portuguesa bem vinculada.

No ano seguinte, em 24 de junho de 1878, a Real Associação Naval organizou uma regata, num percurso entre a Rocha do Conde d'Óbidos, a Cova da Piedade e a praia de Oeiras. Na 1.ª classe participaram os iates *Altair*, *Alcyon*, *Mina* e *Surpreza*, tendo o *Altair* saído vencedor. Suas Majestades assistiram a disputa a bordo do *Sírius*, desconhecendo-se a razão para o iate real não ter participado.

A 15 de agosto, o *Sírius* participa na sua primeira regata. Organizada pela Real Associação Naval num percurso triangular largo de Cascais, com a participação dos caíques *Altair*, *Alcyon* e *Mina*. Entre a calmaria e nortada rija, o *Sírius* ganhou indiscutivelmente a regata, com um avanço de 17 minutos sobre o *Alcyon*, o segundo classificado. A 9 de setembro decorreu, novamente em Cascais, nova regata com os mesmos oponentes. A competição foi cancelada devido ao vento ter acalmado, sendo reagendada para 15 de setembro. No momento do cancelamento, o *Sírius* encontrava-se em primeiro lugar, com muito avanço sobre o segundo. Na nova regata, com os mesmos participantes, para a disputa de um prémio oferecido por D. Maria Pia. O *Sírius* ganhou, ficando o *Alcyon* em segundo, uma vez que o *Altair* colidiu com o *Mina*, obrigando-os a desistir.

Em 1879 o *Sírius* foi menos afortunado. Numa regata em Cascais, realizada em 13 de setembro com os caíques *Altair*, *Alcyon*, *Mina* e com o iole *Orion*, o troféu, uma urna em prata ofertada por D. Luís, foi ganho pelo *Altair*. Esse pequeno revés não abalou a confiança do monarca. No ano seguinte, D. Luís inscreveu o iate nas regatas internacionais de Nice. Largando na noite de 25 de janeiro boia da Junqueira, e sempre acompanhado pela canhoneira *Faro*, o *Sírius* praticou os portos de Sines, Faro, Gibraltar, Cartagena, Alicante, Rozas, Port Vendres, chegando a Marselha em 20 de março. As tormentas que apanhou durante a viagem não o permitiram chegar a tempo de participar nas regatas de Nice. Nesse porto correu numa regata particular contra o iate francês *Eugenie*, num percurso entre Marselha e Chateau d'If. Foi a primeira vez que um iate português competiu no estrangeiro, conseguindo uma vitória com um avanço de 45 minutos. Os jornais franceses teceram-lhe os maiores elogios e quando este entrou numa doca seca, diversos construtores

navais quiseram analisá-lo detalhadamente. Durante a sua estadia em Marselha, o caíque causou tão boa impressão que teve o privilégio de ser retratado pelo famoso pintor de marinha francês François Geoffroy Roux. Largando a 17 de abril, chegou a Lisboa em 24 de maio, tocando os portos de Barcelona, Dénia, Gibraltar, Cádiz e Faro.



Regata de 1878 na Rocha do Conde d'Óbidos (Revista O Occidente)

Nesse mesmo ano dois dos melhores iates ingleses, o *Cetonia* e o *Gestrude*, vieram a Lisboa para competir com o iate real. A 21 de outubro, a Real Associação Naval organizou a primeira regata internacional em Portugal. Com largada de Paço d'Arcos, ficando uma das balizas situada em Olho de Boi, em Almada e outra em Oeiras, a prova consistia em dar três voltas ao circuito, findando a corrida em Belém. Para além do *Sírius* as cores nacionais foram representadas pelo *Altair*, *Alcyon*, *Mina* e *Orion*. Chegaram em primeiro lugar o *Cetonia* e o *Gestrude*, em terceiro lugar o *Altair*, depois o *Sírius* e finalmente o *Alcyon*, o *Mina* e o *Orion*. Depois de deduzidos os abonos, o *Cetonia* ficou em primeiro, seguido do *Altair*, *Gestrude* e *Sírius*. Este mau resultado não é prova de que o *Sírius* não tivesse boas qualidades náuticas. Neste dia, o tempo estava chuvoso e com vento fresco de sul, obrigando a que todos os veleiros fizessem a prova com pano rizado. Esta situação prejudicou os veleiros portugueses que armavam em caíque, que com as velas rizadas perdiam qualidades náuticas, comparativamente a armação em palhaborde do *Cetonia* e em iole do *Gestrude*. Se o iate real tivesse feito uma melhor largada e se o vento

O *Sírius* em Marselha. Pintura de autor desconhecido elaborada com base na pintura de François Roux (cortesia Museu de Marinha)





fosse mais fraco e mais ponteiro, potenciando as suas excelentes aptidões para a bolina o resultado poderia ter sido outro. O *Altair* obteve melhor classificação que o *Sírius*. Este veleiro, igualmente com nome de estrela, é o antigo *Veloz* de D. Luís. Numa das vezes que o monarca visitou o telheiro das galeotas, durante a construção do *Sírius*, olhando para o *Veloz* perguntou ao patrão das galeotas “para que serviria aquele barco”, ao que o patrão respondeu que só “serve para cozer pão”, ou seja para queimar. Ouvindo isto, o Capitão-tenente Teixeira de Carvalho, oficial às ordens de D. Luís, pediu e obteve a dádiva do *Veloz*, alargando-lhe dois pés à popa. Rebatizado de *Altair*, ganhou a esmagadora maioria das regatas em que participou. Pelos vistos, o *Veloz* não era um barco obsoleto. D. Luís deve ter ficado arrependido de o ter cedido ao seu oficial às ordens.

Para além da internacionalização do iatismo português, a Regata Internacional de Lisboa de 1880 originou uma mudança de paradigma. Os iates portugueses foram abandonando paulatinamente a armação em caíque, recorrendo-se normalmente à importação de novos barcos, aparelhados em palhaborde, cúter ou iole. Estes eram mais cómodos e fáceis de manobrar, comparativamente aos caíques, não necessitando de uma tripulação tão numerosa.

Depois da regata internacional de 1880, o *Sírius* não voltou a competir. D. Maria Pia, adepta dos passeios à vela, afeiçoou-se ao seu veleiro, passando a navegar pelo Tejo, Cascais, Sesimbra e Setúbal, sendo habitual encontrar o *Sírius* amarrado a uma boia a leste da Cidadela, durante a estadia da família real em Cascais. Em 1887, a sua armação de caíque foi substituída por uma armação em palhaborde, que implicaram a perda das suas capacidades competitivas. É possível que o D. Luís, apercebendo-se que o *Altair* era uma “estrela” cujo o brilho ofuscava, em parte, o brilho do *Sírius* tenha tomado esta decisão. Na tarde de dia 21 de agosto desse mesmo ano, o rei e o infante D. Afonso assis-

tiram a uma regata no Dafundo a bordo do *Sírius*. A temperamental rainha não marcou presença. Tinha-se oposto à modificação do aparelho, por apreciar as velas bastardas que lhe permitiam manter-se de pé aquando das mudanças de bordo. Recusando-se a embarcar mais no seu iate, adquiriu uma canoa para passear durante o verão.

Depois de 1887 as informações sobre o *Sírius* rareiam. Temos notícia de uma regata, realizada no dia 6 de outubro de 1897 em Cascais, que contou com a presença do *Sírius*, do *Lia*, o iate real de D. Amélia, bem como as canoas das rainhas D. Amélia, de D. Maria Pia e do infante D. Afonso. É provável que após 1889, ano do falecimento de D. Luís, o *Sírius* tenha passado a maior parte do tempo a seco no Telheiro da Galeotas Reais. O iate voltou a aparelhar em caíque, desconhecendo-se o ano em que ocorreu a mudança. O assassinato de D. Carlos e do príncipe D. Filipe, em 1908, abalou muito D. Maria Pia e toda a família real. Durante o curto reinado de D. Manuel II é plausível que o *Sírius* não tenha entrado na água. Existe um álbum do iate, ricamente encadernado e exibindo as armas reais, que se encontra em mãos de particulares. A sua consulta poderá desvendar mais alguma informação sobre este período.



José Sousa Luís  
CFR

#### Agradecimentos:

Agradeço a colaboração do CALM Castanho Paes, do CMG Dias Pinheiro, do CMG Alves Salgado, do CMG Castro Afonso, do CFR Semedo de Matos, do CTEN Morais Braz, do CTEN Gonçalves Neves e ao Diário de Notícias, especialmente à Dra. Valentina Marcelino, Diretora-Adjunta do Diário de Notícias.

Este é provavelmente o artigo mais completo sobre o *Sírius*, sendo provável que existam vários factos e curiosidades não mencionados e que merecem ser conhecimento geral. Nesse sentido, agradeço a todos os leitores que tenham documentos, fotos ou histórias do *Sírius*, mesmo que aparentemente irrelevantes, que me contactem através do email [sousa.luis@marinha.pt](mailto:sousa.luis@marinha.pt).

#### Notas

<sup>1</sup> Cerca de 18,3 metros de comprimento, 3,6 metros de boca e 3 metros de pontal.

#### Bibliografia

- BIBLIOTECA CENTRAL DE MARINHA (BCM-AH) (1878/1914), *Iate Sírius*, caixa 639, documentação avulsa, Lisboa, 1878/1914.
- BIBLIOTECA CENTRAL DE MARINHA (BCM-AH) (1880), *Sírius - Diário Nautico*, número 304, unidade de instalação 1, Lisboa, 1880.
- BIBLIOTECA CENTRAL DE MARINHA (BCM-AH) (1980), *Palhaborde Sírius - Diário Nautico*, 4-VIII-3-3, Lisboa, 1980.
- BIBLIOTECA CENTRAL DE MARINHA (BCM-AH) (1856/1909), *Real Associação Naval*, caixa 1157-6, documentação avulsa, Lisboa, 1856/1909.
- CNOCA - Clube Náutico dos Oficiais e Cadetes da Armada (s.d.), <https://www.cno-ca.org/clube-nautico-dos-oficiais-e-cadetes-da-armada/historia/>, consultado em dezembro de 2025.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1877), “Festa Naval”, Lisboa, Domingo 15 de abril, N.º 4:010 - 13.º ano - 1877, p. 1.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1877), “Sírius”, Lisboa, Segunda-feira 15 de outubro, N.º 4:193 - 13.º ano - 1877, p. 1.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1878), “Regata em Cascaes”, Lisboa, Terça-feira 10 de setembro, N.º 4:520 - 14.º ano - 1878, p. 1.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1878), “A Regata”, Lisboa, Quarta-feira 11 de setembro, N.º 4:521 - 14.º ano - 1878, p. 2.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1878), “A Regata”, Lisboa, Quinta-feira 12 de setembro, N.º 4:522 - 14.º ano - 1878, p. 1.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1878), “Regata em Cascaes”, Lisboa, Segunda-feira 16 de setembro, N.º 4:526 - 14.º ano - 1878, p. 1.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1878), “O Prémio que Sua Majestade a Rainha ofereceu ao Sírius”, Lisboa, Terça-feira 17 de setembro, N.º 4:527 - 14.º ano - 1878, p. 1.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1879), “A Regata em Cascaes”, Lisboa, Terça-feira 16 de setembro, N.º 4:888 - 15.º ano - 1879, p. 1.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1970), “Doca de Pedrouços - Um arrastão de pesca meteu no fundo o velho iate “Sírius””, Lisboa, Sexta-feira 14 de agosto, N.º 37.514 - 106.º ano - 1877, p. 4.

- DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1970), “Foi retirado do fundo o iate “Sírius” - mas sem o corpo da guarda - o infeliz deve ter sido arrastado pela corrente Doca de Pedrouços”, Sábado 15 de agosto, Lisboa, N.º 37.515 - 106.º ano - 1877, p. 4.
- ESPARTEIRO, António Marques (1986), *Três Séculos no Mar (1640-1910) VII Parte Escunas e lates (1734 - 1905)*, Lisboa, Instituto Hidrográfico, 1986.
- LUÍS, José Eduardo de Sousa (2023), *História da Vela em Portugal - Contributos da Família Real - 1670-1910*, dissertação de Mestrado em História Marítima, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2023.
- MELO, Ana Homem de (2005), *Associação Naval de Lisboa - 150 Anos de História*, Lisboa, Associação Naval de Lisboa, 2005.
- OLIVEIRA, Maurício de (1970), “Ainda flutua e navega um iate real português - O elegante veleiro Sírius construído há mais de 90 anos”, em *Diário de Notícias*, Quinta-feira 22 de janeiro, N.º 37.312, 106.º ano - 1970, p. 5.
- REIS, Estácio dos (1983), “O Sírius”, em *Revista da Armada*, N.º 138, ano XII, março 1983, pp. 22 a 24.
- REIS, Estácio dos (2005), “O Álbum do Sírius”, em *Revista da Armada*, N.º 387, ano XXXIV, junho 2005, pp. 22 a 24.
- REVISTA DA ARMADA (1984), “O “Sírius” já está no museu”, Lisboa, N.º 151, ano XIII, abril 1984, pp. 27 a 28.
- ROCHETA, João Farrajota (2008), *A “Velha Escola Naval - Com algumas extrapolações da vida de um “velho” aspirante*, Biblioteca Central de Marinha, Lisboa, 2008, p. 12.
- RTP Arquivos (1957), “Visita de Sua Majestade a Rainha Isabel II - Parte I”, <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/visita-de-sua-majestade-a-rainha-isabel-ii-parte-i/>, consultado em dezembro de 2025.
- RTP Arquivos (1962), “Chegada do Navio Escola Sagres a Lisboa”, <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/chegada-do-navio-escola-sagres-a-lisboa/>, consultado em dezembro de 2025.
- WINTERMANTEL, José Leal (1915), *Noções Geraes sobre Construção, Aparelho e Manobra do Yacht*, Lisboa, Centro Tipográfico, 1915.

#### Entrevistas

- PAES, José Castanho (2025), entrevista realizada na Academia de Marinha, Lisboa, 4 de fevereiro de 2025
- MATOS, Jorge Semedo de (2025), entrevista realizada a bordo do NRP Sagres, Alfeite, 3 de novembro de 2025



# O PALÁCIO REAL DA VILA DE SINTRA

Gentes,  
Monumentos  
e Acontecimentos

17

Imponente na sua traça e pose medieval, requintado e soberbo nos seus exuberantes alçados manuelinos, o Paço da Vila de Sintra representa, nos seus 10 séculos de história, com o seu elegante semblante icónico e as suas carismáticas e altaneiras chaminés, uma impressionante plataforma histórica e um repositório de estilos arquitectónicos que lhe concedem uma alma própria, talhada nas arcarias do gótico, na filigrana do Renascimento, no maneirismo e no revivalismo romântico. Não obstante as edificações anteriores que já existiam – aliás, as suas fundações foram, nos Sécs. X e XI, o palácio dos governadores muçulmanos da Vila – e as construções Dionisinas, foi a campanha de D. João I que marcou muito do que os corpos centrais têm de identitário estrutural, desde logo a sóbria, mas lindíssima, fachada medieval, para o que muito terá contribuído o gosto e educação de *Philipa de Lancaster*<sup>1</sup>, a Rainha, e as experiências familiares que tinha de casas Reais e da alta nobreza inglesa.

A extraordinária beleza artística do Paço reflecte-se, em especial, na fascinante colecção única de azulejaria<sup>2</sup> e nos tectos de caixotão com painéis pintados da Sala dos Cisnes<sup>3</sup> e na Sala das Pegas<sup>4</sup>, em todo o seu requinte Quatrocentista hispano-mourisco, e na excelência programática criativa da

Sala dos Brasões, o que concede aos espaços uma integralidade histórica exuberante e única, que torna o Paço famoso em todo o mundo<sup>5</sup>.

Sintra é, obviamente, Património da Humanidade, assim decidido pela UNESCO em 1995, e o Paço está classificado como património nacional desde 1910, tendo a Vila uma envolvente arquitectónico-paisagista e patrimonial de características únicas, povoada de inúmeros palácios<sup>6</sup> na Baixa e pelas encostas que a tornam, indubitavelmente, numa das zonas universalmente mais belas<sup>7</sup>.

Dos vários Paços Reais medievais existentes em Portugal, o Palácio da Vila é o único que, de forma notória, sobreviveu na sua integridade estrutural arquitectónica, revelando as suas ilustres paredes capitulos determinantes da história de Portugal<sup>8</sup>. De facto, sendo, a par do Paço Ducal de Bragança, do Paço manuelino de Évora<sup>9</sup>, do Paço Real da Universidade de Coimbra<sup>10</sup>, do Paço de Evoramonte<sup>11</sup> e dos antigos Paços do Castelo de Leiria<sup>12</sup>, o único de cariz Real que tem marcada toda a época medieval e pré-Renascentista, o Palácio da Vila é um edifício histórico extraordinário, sendo absolutamente determinante no panorama arquitectónico nacional. Impõe-se, assim, dedicar-lhe um artigo da nossa Colecção.



Foto © Sean Pavone / Shutterstock



Foto © R. Neves / Shutterstock

## ENQUADRAMENTO HISTÓRICO E ARQUITECTÓNICO

Na sua edificação mais antiga, como antes se disse, estava sedeado naquele local o Palácio dos governadores muçulmanos, que existia no designado Chão da Oliva. Com D. Dinis<sup>13</sup>, o Paço restringia-se à parte mais elevada do actual palácio, e teria uma Capela dedicada ao Divino Espírito Santo, culto que terá sido introduzido pela Rainha Santa Isabel, a quem, aliás, o Rei concedeu o Paço, o que se tornaria prática reiterada com sucessivas Rainhas<sup>14</sup>.

Já Al Idrisi<sup>15</sup> referia que em Sintra existiam 2 castelos; o do topo da Serra – ainda hoje conhecido com Castelo dos Mouros – mais altaneiro, defensivo e serrano, tido como inacessível<sup>16</sup>; o segundo deles corresponderia a defesas de uma antiga Alcáçova, cujas muralhas ainda eram evidentes nas gravuras do famoso Livro de Duarte de Armas<sup>17</sup>, do Séc. XVI – manuscrito que registou os 55 castelos então existentes no Reino – e a partir das quais se desenvolveram e edificaram todas as estruturas posteriores no palácio<sup>18</sup>. Esta mesma conclusão se pode retirar do Elucidário de Sousa Viterbo<sup>19</sup>, quando refere que D. Afonso Henriques entregou à Ordem do Templo um conjunto de fortificações sedeadas em Sintra. Contudo, as fases de construção mais marcantes do Paço<sup>20</sup> ocorreram com D. João I, a partir de 1400, apoiando-se no seu mestre de Pedraria João Garcia Toledo, com D. Afonso V, com D. Manuel I, tendo o monarca o apoio do Mestre Diogo de Boitaca<sup>21</sup>, e ainda com D. João III, sendo que as fases posteriores, designadamente no pós-Terramoto<sup>22</sup>, foram, sobretudo, de reedificação e reconstrução, não obstante algumas alterações que ocorreram, designadamente com a Rainha D. Maria.

D. João I concedeu, como se sabe, grande relevância à actividade de cariz litúrgico por toda a Nação e em particular em âmbito da família Real – muito devido às graças que teve aquando da sua extraordinária vitória em Aljubarrota – tendo fomentado, entre outras Capelanias por si instituídas, várias Capelas em Paços Reais, designadamente Sintra, Leiria e Almeirim<sup>23</sup>. O Monarca acresceu várias alas ao Paço

Dionisino, com o acréscimo de, segundo Oliveira Marques<sup>24</sup>, um novo andar com Torre acoplada<sup>25</sup>, incluindo 26 divisões, além de dois amplos eirados, cozinhas e Capela, numa superfície total que teria mais de 1000 m<sup>2</sup><sup>26</sup>.

O Paço tem, claramente, uma arquitectura de tipo orgânico com uma volumetria *escalonada* a acompanhar o declive, e é formatada por paralelepípedos, com múltiplos telhados diferenciados a quatro águas<sup>27</sup>, sendo o corpo central organizado por 3 longos corpos, com o exterior marcado por uma ampla frontaria de aparato aberta à fachada gótica, e pelo volume, em formato Torre, no topo, da Sala dos Brasões, e bem assim a presença icónica e esteticamente determinante das monumentais chaminés<sup>28</sup>.

Na Sala dos Cisnes, D. João I recebeu, como se referiu, a simbologia heráldica de *John de Gaunt* e da Casa de *Lancaster*, o que representou, efectivamente, uma afirmação política de união e coesão entre a Casa Real de Avis e aquela casa Real inglesa<sup>29</sup>, sendo, assim, um programa decorativo fortemente marcado no principal aposento do Paço, que tinha uma acentuada carga dinástica. Na generalidade, existe o entendimento que o lema “*Por bem*” inscrito nos painéis do texto, se deveu a uma indiscrição do Rei numa atitude na Corte. Contudo, existe outra interpretação, talvez mais sistémica e coerente, e que é relativa à própria posição Real de D. João I, e que parece ter consistência<sup>30</sup>. A Sala abre para um soberbo pátio central, emoldurado por azulejos hispano-árabes quinhentistas<sup>31</sup>, e belíssimas janelas armoriadas com inspiração mourisca.

A fascinante e ampla<sup>32</sup> Sala dos Brasões<sup>33</sup>, para a qual se acede por um magnífico portal manuelino, constitui uma impressionante estrutura cenográfica que é representativa de um modelo de exercício de poder Real, e na qual D. Manuel quis expressar a hierarquia da sua Casa e das *várias Nobrezas* do Reino. O momento não pode ser despreendido do facto de, nos inícios do Séc. XVI, ter surgido uma nobreza de Corte, diversa da *cavaleiresca* e militar que existiu durante a idade Média, e que tinha outra envolvente passando a estar enquadrada e referenciada a outras actividades, designadamente as resultantes de novos cargos na Corte Real e nos empreendimentos do processo da expansão do



Foto © Ungvari Attila / Shutterstock

Reino, sem perder, contudo, aquela morfologia de índole *ca-va-lei-res-ca*. Os painéis azulejares que cobrem as paredes do Salão são, já, do Séc. XVIII<sup>34</sup>.

A Sala, que é tida como uma das mais importantes salas heráldicas da Europa, é octogonal, mas em formato de esfera<sup>35</sup>, e com a abóboda arredondada extremamente ornamentada com as armas Reais ao centro<sup>36</sup>, e, mais abaixo, 72<sup>37</sup> painéis emoldurados com a representação das principais famílias do Reino, sendo clara a simbologia da centralidade do Poder e acentuar hierárquico a que já supra aludimos. O Livro do Armeiro-Mor, de 1509 continha, claro está, muitas mais armas nobiliárquicas, mas, naquele momento, aquelas 72 famílias representavam o *momento* daquela fase manuelina<sup>38</sup>, e a influência que então detinham, até nos processos decisórios a vários níveis.

D. Manuel ascendeu ao trono em circunstâncias muito específicas porquanto, como é sabido, pela sua situação na linhagem Real, não era suposto ser Rei, por não ser filho natural de Rei, nem irmão, apenas primo. A sua legitimidade Real recebeu-a de seu avô, o Rei D. Duarte, constando, nos painéis, uma homenagem àquele seu ascendente. Com efeito, no listel das figuras dos veados – inscrições hoje já desaparecidas<sup>39</sup> – constava a frase *Tant que serai*, que era precisamente o lema do Rei D. Duarte<sup>40</sup>, o qual está igualmente presente no portal das Capelas Imperfeitas da Batalha<sup>41</sup>, ali colocada também por razões de legitimação Real.

A Capela palatina, de base dionisina – sobre uma antiga mesquita que ali existiria do tempo dos governadores muçulmanos – foi posteriormente aumentada por D. Afonso V, embora os tectos sejam do tempo de D. João I. Nela se acentua a capela-mor e o extraordinário e amplo tecto mudéjar, sendo as paredes totalmente cobertas de azulejos figurativos. Em tempos mais recentes, a intervenção de Raul Lino<sup>42</sup> devolveu à Capela a sua matriz inicial medieval, recuperando-se o tecto mudéjar e retirando todos os acréscimos que lhe haviam sido acrescentados com a restauração



www.pex.com / Ryan Klaus



determinada pela Rainha D. Maria, na fase pós-Terramoto. Os tectos – estruturados em 7 grandes painéis, em madeira de castanho e carvalho<sup>43</sup> – são constituídos por complexos padrões geométricos de composição radial ou estrelada, e o pavimento, construído com a técnica de *alicatado*<sup>44</sup>, é cerâmico com desenhos geométricos de cores várias, e é certamente dos mais antigos de Portugal no género.

Actualmente, estão a ser desenvolvidos trabalhos de investigação e restauro<sup>45</sup> usando novas metodologias de intervenção e modelos de aprendizagem na recuperação da azulejaria do Paço, num quadro mais global de valorização patrimonial e cultural, com apoio de várias entidades. Factor que tem sido, igualmente, potenciador de conferências internacionais para aprendizagem e formação de técnicos nacionais, comunitários e de países terceiros, o que representa um muito relevante impulso de divulgação internacional do Paço e do azulejo como arte multiseular Portuguesa.

O sublime Paço da Vila de Sintra, no seu extraordinário equilíbrio estético e artístico de várias fases da arquitectura civil nacional, é um ilustre catálogo de requinte e de sofisticação sóbria, numa rara elegância em edifício de tais dimensões e tem, pela sua excepcional matriz histórica, um papel singular no panorama cultural da Nação. O seu milenar percurso, sucessivamente *fabricado* por poderes, conjunturas de conquista, tragédias, sumptuosidade, estratégias de coesão política e afirmação de Poder Real, é a simbologia máxima da evolução de Portugal como País soberano, e, por tais factos, impõe a nossa homenagem e admiração.



**Dr. Luís da Costa Diogo**  
Diretor Jurídico da DGAM

**N.R.** O autor não adota o novo acordo ortográfico

## Notas

<sup>1</sup> Filha de *John of Gaunt*, Duque de Lancaster, neta de Eduardo III, e irmã do Rei de Inglaterra Henrique IV, sendo, portanto, membro das Casas Reais *Plantageneta* e *Lancaster*.

<sup>2</sup> Que está presente em quase todo o palácio e também nos seus exteriores como o soberbo Pátio das Audiências. Os azulejos foram fabricados com a técnica de *corda seca*, sendo muito provável que tenham sido manufacturados em Sevilha de inícios do Séc. XVI.

<sup>3</sup> Que era o salão Nobre do Paço Joanino. Os Cisnes *coroados* eram o emblema feudal da Casa Real inglesa, e a sua inclusão no tecto do principal salão do Paço foi não apenas uma evidente homenagem à Rainha, mas, sobretudo, uma afirmação internacional de coesão externa com a Casa Real inglesa, numa estratégia de parceria político-militar que seria fundamental para D. João I.

<sup>4</sup> Bem como na Câmara de Ouro, que eram os aposentos Reais Quatrocentistas, na Sala das Sereias e na Sala da Coroa.

<sup>5</sup> E que é provado pelos mais de 600.000 visitantes que tem por ano.

<sup>6</sup> De várias tipologias e inspirações, desde o barroco, ao neo-gótico, ao neo-manuelino e ao romântico.

<sup>7</sup> Assim *cantada* por Gil Vicente, Camões, Robert Southey, Byron, Richard Strauss, Herculano, Garrett, Eça, entre muitos outros poetas e artistas.

<sup>8</sup> Como sejam a morte trágica de dois Reis, D. Afonso V e D. Afonso VI (nele esteve preso 9 anos), ambos em circunstâncias dramáticas, bem como de uma Rainha, *Philippa*, e nele foram tomadas as grandes decisões sobre a campanha de Ceuta, tendo sido no Paço que D. Manuel I recebeu a notícia da chegada de Vasco da Gama à Índia, e ali se tomou a trágica decisão de D. Sebastião sobre a conquista de Alcácer Quibir. Estes, entre muitos outros momentos da história nacional.

<sup>9</sup> De que apenas sobreviveu a soberba Galeria das Damas.

<sup>10</sup> Ver o nosso artigo "*O Paço Real da Universidade de Coimbra. 10 séculos de história*", Revista da Armada, N.º 610, Setembro de 2025.

<sup>11</sup> O que lá encontra, actualmente, é de inícios do Séc. XVI, e da traça dos arquitectos Digo e Francisco de Arruda.

<sup>12</sup> Dos quais ainda subsistem várias salas, *loggia* com colonata, aposentos e a Igreja (actualmente, totalmente recuperada).

<sup>13</sup> Informação da "Parques de Sintra".

<sup>14</sup> Sobre o modelo de concessões de património e Vilas às Rainhas, ver o nosso artigo "*A Real Vila de Óbidos*", Revista da Armada, N.º 615, Março de 2026.

<sup>15</sup> Poeta, geógrafo e cartógrafo árabe, terá nascido em Ceuta em 1100.

<sup>16</sup> Afinal, não o era, como o Ilustríssimo Afonso, 1.º de seu Nome, demonstrou em 1147, logo após Lisboa ter sido conquistada. Logo no imediato, mandou erigir, no recinto do Castelo, a Igreja de S. Pedro de Canaferrim, recuperada, em modelo de ruína romântica, mais de 7 séculos mais tarde, já no Séc. XIX, por determinação do Rei D. Fernando.

<sup>17</sup> *Livro das Fortalezas*, de 1510 (1.ª publicação), cuja elaboração foi determinada por D. Manuel I, Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

<sup>18</sup> Ver desenvolvimentos em "*As Pedras e o Homem*", programa cultural sobre Sintra e o Palácio da Vila, 1975.

<sup>19</sup> De finais do Séc. XVIII, 1798, Oficina de Simão Ferreira.

<sup>20</sup> Ver contributos no valioso estudo de Carla Trigo de Almeida, "*Palácio Nacional de Sintra: cronologia do monumento e caracterização do estado de conservação do pátio central*", de Fevereiro de 2014, Universidade Lusíada.

<sup>21</sup> Aliás, *Jacques Boytac*, de origem francesa. E que foi determinante durante o Manuelino, entre outros, na Torre de Belém, na Batalha, depois em Coimbra em várias obras desde logo na Igreja de Santa Cruz e em obras na Sé da Guarda, tendo ainda trabalhado em Arzila, por determinação do Rei.

<sup>22</sup> O qual teve grande impacto no Paço.

<sup>23</sup> Ver o valiosíssimo estudo de Maria Helena Cruz Coelho "*D. João I*", Coleção Reis de Portugal, Círculo de Leitores, 2005.

<sup>24</sup> Um dos mais extraordinários historiadores Portugueses de sempre. Ver o seu notável estudo em "*A sociedade medieval portuguesa. Aspectos da via quotidiana*", Edição Sá da Costa, 1971.

<sup>25</sup> Ao gosto e utilidade medieval.

<sup>26</sup> Segundo o próprio D. Duarte, no *Livro dos Conselhos* – ou, como por vezes de designa, o *Livro da Cartuxa*, que está na Torre do Tombo –, "(...) a Capela teria cerca de 100m<sup>2</sup>, e o Paço teria 2 salas de aparato, como a Sala Grande com cerca de 187m<sup>2</sup>, a Câmara de Ouro com cerca de 60m<sup>2</sup>, a Casa da Meca, com cerca de 160m<sup>2</sup>, e a Casa das Pegas, de cerca de 100m<sup>2</sup>. Além destes aposentos, o Paço tinha, ainda, oratórios, guarda-roupas, casas para escritvães e câmaras privadas, além das cozinhas com as suas monumentais chaminés". Segundo fontes várias, além daquela, no amplo pátio fronteiro ao corpo central do Paço estavam construídos pequenos edifícios onde se acomodavam os cortesãos, sendo que num deles se deu (por procuração), em 1426, o casamento de D. Beatriz Coutinho com D. Pedro de Meneses, então governador de Ceuta e Conde de Vila Real.

<sup>27</sup> Ver esta descrição e mais desenvolvimentos em "*Paisagem cultural de Sintra*", Gabinete do Património Mundial.

<sup>28</sup> As quais têm 33 metros de altura.

<sup>29</sup> Firmada no casamento ocorrido na Ilustre Sé do Porto a 2 de Fevereiro de 1387.

<sup>30</sup> Defendida, designadamente, por Hermano Saraiva, no seu programa de 1993, "*Brumas da Memória*". Entende o ilustre historiador que o lema nada tem que ver com a indiscrição do Rei com uma dama da Corte, mas, outrossim, com o facto do monarca ter sido, na altura, acusado, por determinados sectores, de ter assumido a Coroa que seria do seu irmão mais velho, o Príncipe D. João, sem ter fundamento dinástico para tal. E aí, tendo ele a necessidade de justificar e sustentar a sua assunção ao poder e à Coroa, terá afirmado a sua posição como monarca para salvar a Nação, numa altura especialmente sensível face às ameaças externas existentes.

<sup>31</sup> Existe também o entendimento de que muitos dos lambris – e painéis – azulejares de influência mudéjar terão, na realidade, sido fabricados numa manufactura de Belém, notando-se, já com D. Manuel I, a presença da esfera armilar, ícone gráfico e simbólico do "Venturoso".

<sup>32</sup> Em formato quadrado com cerca de 12 metros de lado.

<sup>33</sup> Construída em 1517-1518.

<sup>34</sup> E são descritivas de cenas de caça, adequadas ao ambiente campestre em que o Paço se integrava.

<sup>35</sup> Dir-se-ia em formato inspirado em Távola redonda.

<sup>36</sup> As armas dos Príncipes Reais logo a seguir, no nível abaixo.

<sup>37</sup> Manuel Metelo de Seixas, da Universidade Nova, entende que, neste número, pode existir outra leitura: é que 72 é o número dos discípulos e apóstolos, numa demonstração de uma *teologia de poder*, a qual, como sabemos, era determinante nos inícios do Séc. XVI, e no colossal empreendimento exterior que, para Portugal, já decorria desde inícios do séc. XV.

<sup>38</sup> Embora, ali constando aquelas, o facto tenha inúmeras vezes a leitura de que ali estavam representados os grandes do Reino ou, preferindo-se, o catálogo da *velha nobreza*.

<sup>39</sup> Mas que foi possível conhecer através da investigação de um documento que se encontra no Arquivo do Palácio da Ajuda, do qual se conclui que um desenhador copiou os grafismos constantes do referido listel, conforme defende Metelo de Seixas.

<sup>40</sup> Em bom rigor, *la yas erey*, que expressava "serei legal ou guardarei lealdade enquanto existir".

<sup>41</sup> Ver o que adensámos no artigo "*O Mosteiro de Santa Maria da Vitória. A Batalha*", Revista da Armada, N.º 599, Setembro de 2024.

<sup>42</sup> Arquitecto lisboeta e membro fundador da Academia Nacional de Belas-Artes, autor de inúmeras obras, como sejam, em Sintra, o exuberante palácio dos Ferreira do Amaral, que foi edificado na encosta fronteira ao Paço da Vila.

<sup>43</sup> Madeiras de excelência com enorme índice de uso em tempos medievais.

<sup>44</sup> De influência mudéjar, consubstancia-se numa técnica de corte manual de pequenas peças de cerâmica vidrada (*tecelas*) com um alicate especial para formar mosaicos de complexa geometria.

<sup>45</sup> Num notável e louvável esforço e empenhamento quer do Município, quer da *Parques de Sintra*, direcção cultural dos Palácios Nacionais de Sintra e de Queluz, como responsável pela conservação e restauro dos monumentos.

# O PLANO DE CONSTRUÇÃO NAVAL DE JACINTO CÂNDIDO (1896)

## A CONSOLIDAÇÃO DA ERA ELÉTRICA NA MARINHA PORTUGUESA

Na última década do Séc. XIX, Portugal procurava afirmar-se como um país capaz de acompanhar o ritmo tecnológico das grandes potências europeias.

Após o Plano Naval de Andrade Corvo (1874), que lançara as bases da modernização mecânica da frota, era necessário dar um passo em frente e integrar plenamente as novas tecnologias elétricas e de comunicações nos navios da Armada. Esse salto foi dado com o Plano de Construção Naval de Jacinto Cândido, aprovado em 1896, que representou a entrada definitiva da eletricidade na Marinha Portuguesa.



Jacinto Cândido da Silva (1857-1926) foi um jurista, político e estadista português, natural dos Açores, formado em Direito pela Universidade de Coimbra.

Desde cedo se destacou pela sua competência administrativa e pela sua visão reformista. Ligado ao Partido Progressista, foi deputado, Ministro da Justiça e, mais tarde, Ministro da Marinha e Ultramar, cargo que exerceu entre 1894 e 1896, durante o reinado de D. Carlos I. Homem culto, pragmático e sensível ao avanço científico, Jacinto Cândido acreditava que a força e o prestígio de uma nação marítima dependiam de uma Marinha tecnicamente moderna e disciplinada.

No seu ministério, promoveu reformas estruturais na administração naval, no ensino técnico e na formação de oficiais. A sua grande realização, contudo, foi o Plano Naval de 1896, através do qual introduziu a eletricidade, a telegrafia sem fios e os novos conceitos de artilharia elétrica na esquadra portuguesa.

O plano de Jacinto Cândido surge num período de instabilidade política e ambição imperial, marcado por dois grandes desafios:

- 1.º A necessidade de defender o império ultramarino, especialmente em África, onde o “Ultimato Britânico” de 1890 mostrara a vulnerabilidade do país;
- 2.º O avanço das tecnologias elétricas e de comunicação, que transformavam a guerra naval e exigiam frotas mais rápidas, interligadas e bem equipadas.

As grandes marinhas europeias — como a britânica e a francesa — já aplicavam a eletricidade a bordo para iluminação, comunicações, direção de tiro e ventilação. Portugal, embora com meios limitados, não podia ficar para trás.

O plano de 1896 é, por isso, a resposta portuguesa à modernidade naval internacional.

### OBJETIVOS E MEDIDAS DO PLANO NAVAL DE 1896

O Plano de Construção Naval de Jacinto Cândido tinha como objetivo reorganizar e modernizar profundamente a Armada Portuguesa, através de uma renovação integral da esquadra e da introdução de sistemas elétricos de bordo.

Entre as principais medidas, destacavam-se:

- 1.º Construção de novos cruzadores, canhoneiras e contratorpedeiros, projetados com compartimentos e instalações elétricas;
- 2.º Introdução da eletricidade em larga escala, não só para iluminação, mas também para:
  - telecomunicações (telegrafia e telegrafia sem fios – TSF),
  - sistemas de pontaria elétrica e direção de tiro,
  - guinchos, cabrestantes e bombas elétricas,
  - e ventilação mecânica dos navios.



Cruzador S. Gabriel



*Serviço e Escola prática de Torpedos e Eletricidade*

- 3.º Formação técnica de oficiais e praças em eletricidade, no Serviço e Escola Prática de Torpedos e Eletricidade, criado pouco depois em Vale de Zebro;
- 4.º Reforço das infraestruturas navais (Arsenal da Marinha, docas e oficinas) para permitir a manutenção e a experimentação de equipamentos elétricos e radiotelefónicos.

## OS SÍMBOLOS DA MODERNIDADE

O Plano Naval de 1896 deu origem a uma geração de navios que simbolizou a entrada definitiva da Marinha Portuguesa na era elétrica e tecnológica.

Entre os mais destacados encontram-se:

- **O cruzador D. Carlos I** (lançado em 1898): primeiro navio português equipado com telegrafia sem fios (TSF), iluminação elétrica integral e sistemas de comunicação modernos. Tornou-se o símbolo do progresso técnico da Marinha Portuguesa e marcou o início das transmissões radiotelegráficas navais;
- **Os cruzadores S. Gabriel e S. Rafael**, da mesma classe, com características semelhantes de modernidade e autonomia elétrica;
- Outras unidades menores, como canhoneiras e contratorpedeiros, também receberam sistemas elétricos de bordo, projetores luminosos e motores auxiliares movidos a corrente contínua.

Estes navios, com maior eficiência, comunicações seguras e melhor capacidade de combate noturno, evidenciaram o impacto da eletricidade na estratégia naval.

Ainda sob a direção de Jacinto Cândido, a Marinha Portuguesa iniciou as primeiras experiências com telegrafia sem fios, em colaboração com a empresa Marconi. Em 1899, foram realizados ensaios bem-sucedidos de radiotelegrafia entre navios e estações costeiras, abrindo caminho para a criação dos primeiros postos radiotelegráficos da Armada. Estas inovações reforçaram a coordenação tática da Esquadra, permitiram comunicações à distância e representaram um salto estratégico e científico sem precedentes.

Apesar do plano de 1896 ser muito ambicioso e tecnicamente avançado, enfrentou impedimentos financeiros e políticos. A crise económica do final do Séc. XIX e a instabilidade parlamentar limitaram a execução plena do programa.

Ainda assim, os resultados práticos foram significativos:

- Renovação parcial da frota;
- Modernização das infraestruturas navais;
- Criação da Escola especializada em eletricidade;
- Adoção da TSF e de motores elétricos em diversos navios.

Jacinto Cândido conseguiu, com poucos meios, transformar o perfil tecnológico da Armada Portuguesa, abrindo o caminho para o Programa Naval de 1911, que consolidaria a propulsão elétrica nos submarinos (*Espadarte*, 1913).

O Plano Naval de Jacinto Cândido marcou o momento de consolidação da eletricidade na Marinha Portuguesa. Enquanto o programa de Andrade Corvo preparou o terreno, o de Jacinto Cândido materializou o avanço científico e operacional. Graças a Jacinto Cândido, a Marinha tornou-se pioneira na aplicação da eletricidade e da telegrafia sem fios em Portugal, antecipando a transição tecnológica do Séc. XX, tendo-se assim revelado um estadista visionário, que compreendeu que o domínio das ciências aplicadas — eletricidade, comunicações e engenharia — era a base do poder marítimo moderno.

Foi uma das realizações mais notáveis da política marítima portuguesa de finais do Séc. XIX. Transformou a Marinha num organismo técnico e científico, dotando-a de recursos que viriam a revelar-se essenciais durante a Primeira Guerra Mundial.

Mais do que um programa de obras navais, foi um projeto de modernização nacional, que ligou o progresso tecnológico ao ideal de soberania marítima. Com a sua visão pragmática e inovadora, Jacinto Cândido deixou uma marca indelével na história naval portuguesa — a de ter feito chegar a eletricidade ao coração da Armada.



**José Manuel dos Santos Maia**

SMOR E

### Notas

Maia, José Manuel — *Quando a Eletricidade chegou à Marinha. A sua evolução desde os primórdios até ao final da 1.ª Guerra Mundial (1884–1918)*, 2023.

Rodrigues da Costa, Adelino — Prefácio da mesma obra.

Telo, António — *História da Marinha Portuguesa Contemporânea*, Academia de Marinha, 2010.

Serrão, Joel — *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1963.

Arquivo Histórico da Marinha — *Relatórios do Ministério da Marinha e Ultramar (1896–1899)*.

NOTÍCIAS

**MARINHA E A ASSOCIAÇÃO DE SUBMARINISTAS DE PORTUGAL**  
**PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO**

No passado dia 12 de março realizou-se a assinatura do protocolo de colaboração entre a Marinha e a Associação de Submarinistas de Portugal (ASubPOR). A assinatura ocorreu a bordo do Submarino Museu *Barracuda* pelos Diretor Cultural da Marinha, VALM Bastos Ribeiro e o Presidente da Direção da ASubPOR, Paulo Jorge da Silva de Pinho. Na singela cerimónia estiveram ainda presentes, o Comandante do Núcleo Museológico da Fragata *D. Fernando II e Glória*, elementos dos Órgãos Sociais da Associação e elementos da guarnição daquele núcleo.

O protocolo estabelece um quadro de cooperação institucional entre a Marinha e a ASubPOR, com vista ao **desenvolvimento de atividades de preservação, valorização e divulgação do património histórico e cultural** associado aos submarinos em geral e ao *Barracuda*, em particular. Este protocolo, reveste-se de extrema importância para o núcleo museológico por permitir ampliar o leque de atividades disponibilizadas a visitantes, através da condução de visitas guiadas, e para a Associação, por reconhecer o contributo desenvolvido até à data e prever o envolvimento futuro nos aspetos do desenvolvimento da musealização.



Foto ASPOF TSN (COM) Almeida Garcez

Na ocasião, numa curta intervenção do Diretor Cultural da Marinha, VALM Bastos Ribeiro, foi lembrado o esforço financeiro efetuado para levar a bom porto o empreendimento, o qual se constituiu como uma prioridade na sua gestão na área da cultura. Aproveitou, igualmente, para relembrar que o projeto não se encontrava concluído e que continuam a ser desenvolvidos contactos com a Câmara Municipal de Almada, no sentido de serem desbloqueados os constrangimentos existentes, para a concretização de um centro interpretativo.

No final, fez-se um brinde à área da Cultura Naval, à ASubPOR e à Marinha.



**Romão Neto**  
 CMG RES

**OBSERVATÓRIO DE COMUNICAÇÃO INTERNA DESTACA INICIATIVA DA MARINHA**

Realizou-se no passado dia 10 de março no Instituto Hidrográfico, o primeiro *Get Together* da comunidade do Observatório de Comunicação Interna (OCI), dedicado à apresentação dos projetos que venceram a XIV Edição dos Prémios OCI – Excelência em Comunicação Interna.

Representantes das várias organizações distinguidas, bem como os autores de trabalhos académicos premiados, tiveram oportunidade de apresentar de forma mais detalhada os seus projetos, explicando o contexto em que surgiram como também as estratégias adotadas.

O encontro permitiu conhecer não apenas os resultados alcançados, mas também os processos, os desafios enfrentados e as aprendizagens retiradas de algumas das iniciativas de comunicação interna desenvolvidas em Portugal.

A **Marinha Portuguesa** foi uma das organizações distinguidas, com o projeto “**Cheguei à Família**”, que recebeu, em novembro de 2025, uma **Menção Honrosa na XIV Edição dos Prémios OCI**.

Esta iniciativa de Comunicação Interna começou a ser desenvolvida em 2023 pelo Serviço de Comunicação, Informação e Relações Públicas (CIRP) da Marinha e foi implementada a partir de janeiro de 2024. O projeto as-



Foto STEN TN (DSG) Eva Ferreira

signala o nascimento dos filhos de militares, militarizados e civis da Marinha, sendo reconhecido como uma forma simbólica de acolher os novos membros da família naval.

A concretização da iniciativa envolve também a Direção de Pessoal, que comunica ao CIRP a listagem dos nascimentos reportados pelos militares, militarizados e civis. Desde o início de 2024, o projeto já permitiu assinalar mais de 200 nascimentos.

**Somos Marinha.**



Colaboração do **SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO, INFORMAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS**



# DIA DO SARGENTO

## O SIGNIFICADO DO 31 DE JANEIRO DE 1891

O dia 31 de janeiro reveste-se de particular significado para a categoria de sargentos, logo após a criação do Clube do Sargento da Armada (CSA), em 1975. De facto, a ideia de evocar o Dia do Sargento, surgiu e amadureceu no seio dos associados do CSA, cujo objetivo seria permitir e refletir sobre o papel histórico dos sargentos enquanto pilares da disciplina, da liderança intermédia e da ligação permanente entre os valores institucionais e o serviço efetivo à Nação.

A abordagem que se segue assume um caráter institucional e histórico, adequado a uma publicação militar, procurando valorizar o contributo dos militares, particularmente dos sargentos, sem interpretações ideológicas, mas antes à luz do dever, da honra e da consciência profissional.

Porém, para melhor entender o significado desta data, temos de recuar aos últimos anos do Séc. XIX, quando Portugal atravessava uma conjuntura de profunda fragilidade política, económica e institucional. A monarquia constitucional enfrentava sucessivas crises governativas, dificuldades financeiras e um progressivo afastamento entre o poder político e a sociedade<sup>1</sup>.

O Ultimato Britânico de 1890, que obrigou Portugal a abdicar das suas pretensões territoriais em África, foi vivido como uma humilhação nacional, provocando forte indignação pública e acelerando o descrédito do regime monárquico<sup>2</sup>. Este episódio constituiu um catalisador decisivo para o crescimento do movimento republicano, que passou a apresentar-se como alternativa política e moral à monarquia<sup>3</sup>.

Face a este panorama, foi fácil para o ideal republicano encontrar particular ressonância no seio das Forças Armadas, sobretudo entre oficiais subalternos, sargentos e praças. Estes militares, profundamente ligados à realidade social do país, desenvolveram uma consciência crítica assente no patriotismo e na percepção da necessidade de regeneração nacional<sup>4</sup>.

De facto, os sargentos assumiram um papel central neste processo dado a sua forte proximidade e experiência profissional, como também no desempenho das funções determinantes para a mobilização das unidades e na difusão das ideias republicanas, sobretudo no Porto, cidade de reconhecida tradição liberal<sup>5</sup>.

A derrota da Revolta Republicana foi seguida de uma repressão rigorosa. Muitos dos participantes foram presos, julgados em tribunais militares e civis e condenados a penas de prisão, degredo ou deportação para colónias ultramarinas, nomeadamente em África e Timor<sup>6</sup>.

Com o passar do tempo, os protagonistas do 31 de janeiro passaram a ser reconhecidos como símbolos de coerência moral e coragem cívica. A memória do sacrifício destes militares contribuiu para a consolidação do ideal republicano e para o seu triunfo em 1910<sup>7</sup>.

Em suma, a Revolta Republicana de 31 de janeiro de 1891 permanece como um episódio de elevado significado histórico e institucional.

Mais do que um ato de rutura política, o 31 de janeiro revela a existência de uma consciência militar assente no patriotismo, no sentido de responsabilidade e na fidelidade a valores superiores da Pátria. Os sargentos envolvidos neste movimento personificaram a liderança próxima, o compromisso com as suas guarnições e a coragem moral necessária

para agir em tempos de crise.

Recordar este episódio é, não só reafirmar a importância permanente dos sargentos como garante da continuidade, da coesão e da identidade das Forças Armadas Portuguesas, mas também reforçar os valores da honra, do serviço e da lealdade institucional que continuam a orientar a missão ao serviço de Portugal.



Colaboração do **CLUBE DO SARGENTO DA ARMADA**

### Notas

<sup>1</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira – *História de Portugal*. Vol. II. Lisboa: Palas Editores, 1986, p. 217–223.

<sup>2</sup> RAMOS, Rui – *D. Carlos*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006, p. 145–152.

<sup>3</sup> CATROGA, Fernando – *O Republicanismo em Portugal*. Coimbra: Almedina, 2000, p. 87–94.

<sup>4</sup> ALEXANDRE, Valentim – *A Monarquia Constitucional (1851–1910)*. Lisboa: Editorial Presença, 1991, p. 301–308.

<sup>5</sup> MATTOSO, José (Dir.) – *História de Portugal*. Vol. V. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, p. 412–418.

<sup>6</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira – *História de Portugal*. Vol. II. Lisboa: Palas Editores, 1986, p. 229–233.

<sup>7</sup> CATROGA, Fernando – *O Republicanismo em Portugal*. Coimbra: Almedina, 2000, p. 121–128.



## A ASSOCIAÇÃO DE MARINHEIROS DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

A ideia de se avançar para a criação de uma Associação de Marinheiros em Trás-os-Montes e Alto Douro (AMTMAD) vinha ganhando forma desde o final dos anos oitenta. Em 1990 foi realizada na Campeã, nos arredores de Vila Real, a primeira Assembleia Geral, que pode ser denominada como Assembleia Constituinte, e que contou com a presença de cerca de cinquenta marinheiros. Esteve também presente o Segundo Comandante do Corpo de Fuzileiros de então, o CMG José Floreano Lopes Fernandes. Nessa Assembleia foram eleitos os primeiros Corpos Sociais da AMTMAD, sendo a maior parte dos seus associados naturais ou radicados na região transmontano-duriense, que seguiram a carreira naval ou cumpriram o serviço militar, englobando oficiais, sargentos e praças de todas as classes.

A AMTMAD tem os seus órgãos diretivos em plenas funções e o Presidente da Direção é o Dr. António Francisco Caseiro Marques, advogado de profissão e que atingiu a patente de Primeiro-tenente nos onze anos em que serviu a Marinha como Oficial da Reserva Naval na Escola de Fuzileiros, no Forte Militar de Caxias e na Chefia do Serviço de Justiça.

É uma Associação sediada em Vila Real que reúne pelo menos uma vez por ano, no primeiro domingo de junho, em diversas povoações da região transmontano-duriense, sempre com a presença, a convite, de um Oficial Superior da Armada, realizando também, eventualmente, outras reuniões mais informais de convívio e confraternização. Promove ou colabora em eventos comemorativos respeitantes à Marinha, como fez há alguns anos, nomeadamente em outubro de 2018, quando prestou uma singela homenagem ao Comandante Carvalho Araújo, herói de origem vila-realense, que contou com a presença do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada.

Atualmente, a Associação tem cerca de duzentos associados, embora alguns participem apenas esporadicamente nos eventos referidos. É representada nas cerimónias oficiais e na reunião anual por uma bandeira



própria, cuja iconografia remete para a Marinha e também para a região transmontano-duriense onde está inserida. Do livro de atas da Associação transcreve-se o significado dos símbolos que a bandeira ostenta:

«Cumprimos o Serviço Militar na Armada e aqui tivemos quem nos ensinasse a colocarmos ao leme da Marinha e da Vida. Saídos da Marinha de Guerra, regressámos às nossas origens e lançámos ferro em Trás-os-Montes e Alto Douro, aonde trabalhamos e vivemos, pondo ao serviço da Comunidade os ensinamentos que colhemos na Marinha».



José Alves Ribeiro  
Ex-2TEN RN



### CONVÍVIOS E ENCONTROS

#### ASSOCIAÇÃO DE MARINHEIROS DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

##### AVISO

Comunica-se a todos os associados e demais interessados que o encontro anual da Associação de Marinheiros de Trás-os-Montes e Alto Douro terá lugar em Justes, concelho de Vila Real, no dia **7 de junho** com início pelas 11 horas, no restaurante *Gonçalo*.

**Inscrições:** TM 965068967



## 1.ª GUARNIÇÃO DO NRP VASCO DA GAMA

No passado dia 28 de março realizou-se mais um encontro da 1.ª guarnição do NRP *Vasco da Gama*, desta vez no Centro de Apoio Social de Lisboa do Instituto de Ação Social das Forças Armadas, que contou também com a presença de vários familiares.

Celebrou-se a data de 24MAR1991, dia em que, há 35 anos, o navio entrou em Lisboa e atracou na Base Naval de Lisboa pela primeira vez. Foi, assim, ocasião de mais uma vez ficar bem patente o espírito de consideração e amizade que liga todos os que tiveram a honra de dar vida à primeira fragata MEKO da Marinha Portuguesa.

## MARINHEIROS DO CONCELHO DO SABUGAL XXX ENCONTRO

AVISO

Vai realizar-se no dia **1 de agosto**, o XXX Encontro-Convívio dos Marinheiros do concelho do Sabugal, que terá lugar na União de Freguesias de Lageosa e Forcalhos.

No âmbito do encontro, está previsto um concerto da Banda da Armada no Castelo das Cinco Quinas, na cidade do Sabugal.

As **inscrições** deverão ser efetuadas até **15 de julho**, para os seguintes contatos:

**João Romeu** TM 968 358 377 | [joaoromeufernandes@gmail.com](mailto:joaoromeufernandes@gmail.com)  
**Jorge Pelicano** TM 936 667 998 | [jorge.m.pelicano@gmail.com](mailto:jorge.m.pelicano@gmail.com)



agenda  
**Cultural**  
+  
**Marinha**



AQUÁRIO VASCO  
DA GAMA



BANDA  
DA ARMADA



BIBLIOTECA CENTRAL  
DE MARINHA



FRAGATA  
D. FERNANDO II  
EGLÓRIA



MUSEU  
DE MARINHA



PLANETÁRIO  
DE MARINHA



JUNHO

21h30

– Concerto da Banda da Armada em S. Pedro do Corval, inserido nas comemorações do 45.º Aniversário da Sociedade Filarmónica Corvalense

SAB  
20  
JUN

21h00

Concerto do Grupo de Dixieland da Banda da Armada no Largo da Oliveira – Guimarães, inserido no 46.º Encontro Nacional de Marinheiros

SEX  
26  
JUN

19h00

– Concerto da Banda da Armada no Santuário de Nossa Senhora do Carmo da Penha – Guimarães, inserido no 46.º Encontro Nacional de Marinheiros

SAB  
27  
JUN



BANDA  
DA ARMADA



## DESPORTO EM DIA



### TORNEIO INTERNO DA BNL FUTSAL 2026

Decorreu entre 19 de janeiro e 4 de fevereiro, no pavilhão do Centro de Educação Física da Armada (CEFA), o Torneio Interno da Base Naval de Lisboa (BNL) de Futsal. A competição contou com a participação de 7 equipas num escalão único e envolveu um total de 88 atletas, sendo 83 masculinos e 5 femininos.

Em termos classificativos a equipa da Esquadilha de Subsuperfície sagrou-se vencedora do torneio ao vencer a equipa do CEFA na final, através da marcação de grandes penalidades.



### 40.º CAMPEONATO DA MARINHA VOLEIBOL 2026

Entre 18 de fevereiro e 12 de março, realizou-se o 40.º Campeonato da Marinha de Voleibol, organizado pelo CEFA, reunindo 73 atletas em representação de 3 Agrupamentos Desportivos: BNL, Escola Naval (EN) e Unidade de Apoio às Instalações Centrais de Marinha (UAICM).

A competição foi disputada nos escalões masculino e feminino, proporcionando jogos muito disputados e um excelente espírito desportivo.

#### Classificações

ESCALÃO MASCULINO	ESCALÃO FEMININO
1.º EN	EN
2.º BNL	UAICM
3.º UAICM	BNL



### CAMPEONATO MUNDIAL MILITAR CORTA-MATO 2026

Com base nos resultados obtidos no XLVI Campeonato Nacional Militar de Corta-Mato, a STEN TSN (ELT) Anabela Aguiar (IH) e a

STEN TS (FISIO) Rita Coelho (CMN) que se sagraram, respetivamente, campeã e vice-campeã nacional, foram selecionadas para representar a Seleção Nacional Militar de Corta-Mato no 60th CISM *World Military Cross-Country Championships 2026*, que decorreu no dia 1 de março, em Pigi, Trikala, Grécia.

A prova para o escalão feminino consistia numa distância de 8 km, tendo, individualmente, a STEN TSN (ELT) Anabela Aguiar alcançado o 33.º lugar com 30'41" e a STEN TS (FISIO) Rita Coelho ficado em 36.º lugar com 31'30".

Coletivamente, a Seleção Nacional Feminina alcançou um honroso 10.º lugar.





## RENOVADAS HISTÓRIAS DA BOTICA ~ 92

### O SIMBA É MEU AMIGO...

É muito difícil ter bons amigos. Digo mesmo, é cada vez mais difícil conseguir quem nos acompanhe nos altos e baixos da vida, nos silêncios e na agitação de alguns dias. É especialmente difícil conseguir manter amigos durante muito tempo. A vida moderna tende a afastar as pessoas, as exigências de trabalho e família não facilitam.... Por tudo isto, o *Simba* é valioso...

O *Simba* é o meu cão. Como outros, o *Simba* fala sem falar, compreende sem dizer nada e sabe bem quem eu sou. Está idoso. Tem artroses, uma anemia sem diagnóstico definido e já foi operado por cálculos urinários. Mas ainda tem alegria na sua vida canina, que partilha, de igual para igual, com todos os que aqui em casa vivem...

Encontrei, a este propósito, o dos amigos idosos, um camarada antigo de um tempo em que o país tinha colónias e a Marinha era, como o país, diferente. Foi meu doente (...quer dizer doente do DOC), no Hospital da Marinha. Muito idoso, vivia agora só, completamente só, pois os filhos, apesar de cursos superiores, emigraram e a esposa já fez a viagem para aquele outro lado, para a margem escondida do rio da vida. A maioria dos seus amigos também já tinha empreendido a mesma viagem. Inquirido sobre como passava os dias, lá confessou que a sua única companhia era um jovem cão que tinha adotado diretamente da rua. "Estava à morte" referiu... Chamou-lhe, apropriadamente, *Perdido*...

O jovem animal impôs uma nova rotina à sua vida. Era preciso levá-lo à rua, comprar comida apropriada, fazer as vacinas, etc. Contudo, tinha uma preocupação, afinal ele era muito velho e o cão muito jovem. Depois de o salvar, estava prestes a entregá-lo para adoção de outros... "Afinal um cão é uma grande responsabilidade" – dizia preocupado.

Sentámo-nos um pouco. Falámos de coisas do passado, de como ele "lia as Histórias da Botica", dos cheiros de África e até de navios antigos e honrados, como a *Magalhães Correia*. Enquanto ele falava, uma ideia começou a crescer na minha mente: o que fazer para ajudar este velho Marinheiro?

Foi então, que me ocorreu:

– *Olhe Sr. Comandante, eu acredito que o Perdido é bom para si.*

– *Os cães fazem boa companhia. As rotinas que impõem salvam mentes e vidas. Preenchem um vazio que todos os seres humanos algumas vezes sentiram – o "vazio da alma..."*

Concluí, finalmente:

– *Olhe Sr. Comandante fique com o cão. Com ele nunca ficará verdadeiramente sozinho, eu assumirei todas as suas eventuais necessidades, até ficarei com ele se de todo o Sr. Comandante não conseguir tratar dele...*



Autor: ITEN TSN-ARQ Paulo Guedes

Ele olhava-me estupefacto... Por fim, lá balbuciou: "bom, sendo assim, vou pensar". Ficou com o meu número de telefone... Passou-se o Inverno, as tempestades, a chuva. Alguns meses depois da nossa conversa, recebi uma chamada, era o Sr. Comandante. Afinal decidiu aceitar o meu conselho e oferta...

Fiquei feliz, a minha ideia parecia ter resultado. A magia canina parecia ter funcionado outra vez. Estou certo de que este camarada de antanho será mais feliz com esta decisão assumida. Também fiquei contente com o *Perdido*, que não mais o será...

O *Simba*, esse, também ficará feliz quando eu lhe contar esta história – vai certamente abanar a cauda em concordância. Também sei que, pelo menos ele vai ouvir com atenção a leitura deste escrito e perceber ambos os pontos de vista dos dois heróis aqui retratados – o *Perdido* e o seu dono. Pelo menos ele vai achar que agi bem... e isso para mim é também muito importante...



**Doc**





## QUARTO DE FOLGA

### JOQUEMOS O BRIDGE

#### Nº 15

Sul (dador) abre em 1♥ seguido de 3♥ de Norte (convite a partida) e 3♣ de Este; Sul marca naturalmente 4♥ com 19DH mas Oeste decide defender em 4♣; estando ambos vulneráveis, Norte decide marcar 5♥ ao valorizar o seu *singleton* a Espadas e a 4ª carta a Copas. Sul vai então jogar o contrato final de 5♥, recebendo a saída de Oeste ao 5♣. Analise atentamente as 2 mãos e decida qual a melhor linha de jogo para conseguir cumprir o contrato.

#### SOLUÇÃO DO PROBLEMA Nº 15

Ao estender-se o morto, Sul identifica imediatamente duas perdentes garantidas nos dois Ases ricos, mais uma potencial perdente a Ouros; para a eliminar vai ter que contar com alguma ajuda dos adversários e muita perícia da sua parte. Vejamos então como decorre o carteiro. Este vai obviamente jogar o A♠ e agora tem que decidir o que jogar de seguida. Ouros está absolutamente fora de questão, tendo o Rei e estando a olhar para a Dama no morto; Espadas é perigoso, não vá o carteador ter apenas uma carta e jogar corta e balda; entre trunfo e Paus, decide jogar o 6♣. Sul ganha com qualquer das suas figuras e agora é ele que tem que decidir como continuar. O mais natural parece ser começar logo por destrunfar e depois logo se vê como jogam os adversários... nada mais errado. Pensemos um pouco: Sul tem 10 trunfos em linha, pelo que há uma boa probabilidade de o A♥ estar seco num dos adversários. Sul deve apostar nessa hipótese e começar por eliminar os naipes laterais: joga R♠ onde balda o 2♦ do morto seguido de duas voltas a Paus e então sim joga um trunfo alto. Bingo! Oeste ganha com o A♥ seco e agora não tem outro remédio que não seja jogar um pequeno Ouro para não dar corta e balda e entregar o contrato. Agora resta a Sul decidir que carta jogar do morto; se Este tiver RV tem sempre que conceder uma vaza jogue do morto o que jogar; como foi Este que fez a intervenção em 3♣ e Oeste já mostrou o A♥, o R♦ deve certamente estar em Este, pelo que tem que jogar para a hipótese ganhante de o V♦ estar em Oeste, jogando então o 10 do morto; Este não teve outro remédio que não fosse jogar o Rei, 11 vazas ganhas e contrato cumprido. Mas será que havia alguma forma de derrotar o contrato? Pois havia, a chave está na carta que Este joga na 2.ª vaza; se em vez de jogar o 6♣ jogar um trunfo, o parceiro vai ganhar a vaza com o A♥ e virar um pequeno Pau, pondo o carteador em mão e sem qualquer hipótese de cumprir o contrato, pois vai ter que ser ele a manejar o naipe de Ouros; faltando-lhe RV do naipe, jogue como jogar vai sempre ter que conceder uma vaza no naipe.

	NORTE (N)			
	♠	♥	♦	♣
10	D	D	R	
	V	10	10	
	9	5	5	
	5	3		
		2		
	SUL (S)			
	♠	♥	♦	♣
R	R	A	A	
7	10	4	D	
	7		V	
	6			
	4			
	3			

Nascimento Coelho  
 Ex-CTEN AN  
 Comentários e/ou sugestões:  
[paulojncoelho@gmail.com](mailto:paulojncoelho@gmail.com)

### SOPA DE LETRAS

#### Nº 32

- ENTELHAR
- ENTREMICHA
- ESCALADOR
- FUNÉ
- FUSTA
- GATA
- GRAU
- GRUDADO
- GAVEIRO
- GAMELOTE
- GALIVAR
- FUZIL
- ESGOCHO
- ENXARCIA
- ENTENAL

E	N	T	R	E	M	I	C	H	A	U	G	U	E
N	G	A	M	E	L	O	T	E	I	S	A	E	N
X	A	A	S	S	U	N	G	U	A	R	V	S	T
A	N	G	A	L	I	V	A	R	S	U	E	G	E
R	T	R	S	I	Q	U	T	I	T	S	I	O	N
C	A	A	C	Z	E	R	A	R	I	A	R	C	A
I	R	U	O	U	G	R	U	D	A	D	O	H	L
A	T	S	U	F	U	Z	I	L	E	I	R	O	S
I	E	S	C	A	L	A	D	O	R	S	U	A	S
E	N	T	E	L	H	A	R	A	I	É	N	U	F

Dias Matias  
 SCH CM

### SUDOKU

#### Nº 125

2	9	7	4	8	5	6	1	8
6	9	8	1	8	7	2	9	4
4	8	1	6	9	2	8	7	5
8	7	6	9	2	8	9	4	1
9	4	2	7	1	6	5	8	3
8	1	9	9	4	7	6	2	
7	8	8	2	6	1	4	5	9
5	2	9	8	7	4	1	8	6
1	6	4	8	5	9	8	2	7

FÁCIL

DIFÍCIL

4				3		9	
				8	6		5
			1		8		4
							8
3	8	5				7	6
1				2		9	
		3			9		8
						8	7
	6					5	
		9			4		

FÁCIL

DIFÍCIL

			3				
	3				5	6	4
5			9		1		3
8	3						2
		4				8	6
	4				7		6
1	8		5	2			
		7	8		1	5	



## NOTÍCIAS PESSOAIS

### NOMEAÇÕES

VALM M Aníbal Júlio Maurício Soares Ribeiro como secretário do Conselho Superior de Defesa Nacional · CFR M Humberto Arbona Palmeiro Santos Rocha, como assessor da Casa Militar · CFR M Marta Isabel Fernandes Araújo, como ajudante de Campo · CTEN M João de Sousa Trabula, Comandante do NRP *Viana do Castelo*.

### RESERVA

COM M Rui Alexandre Soares Ribeiro Leite da Cunha · CMG AN Eduardo Manuel Vicente de Araújo Lomba · CMG M Pedro Miguel Barros Silva de Ventura Borges · CMG M Hermínio Alberto Sousa Miranda · CMG EN-MEC João Nuno Ferreira de Carvalho · CMG EN-MEC Carlos Jorge Serra Rodrigues Marques · CMG M Paulo Jorge Lourenço Afonso · CMG José Manuel Saraiva de Oliveira · CMG EN-MEC João Filipe Mota Duarte · CMG M Paulo Alexandre Rodrigues Vicente · CFR STL Mário José de Oliveira Nunes Barra · CFR TSN-COM Ana Alexandra Gago de Brito · CTEN ST-MEC Paulo Alexandre Guerreiro Marteniano · CTEN STP João Paulo Lopes Diz.

### REFORMA

VALM M Edgar Marcos de Bastos Ribeiro.

### FALECIDOS

32160 CMG M REF Manuel Frutuoso Barreiros Jorge · 100351 CFR SG REF Afonso Rodrigues Baptista · 100957 CFR SG REF Manuel Antunes Pereira · 344353 1TEN OTS REF Joaquim da Silva Faria · 373754 1TEN OTS REF Ernesto Guínapo Pepo · 234649 1TEN OTS REF Luiz dos Santos Tavares · 734961 SMOR M REF Antero Melranha Coelho · 991763 SCH V REF Gilberto Coelho Rocha · 160570 SCH A REF Sérgio da Silva Ferreira · 999163 SAJ FZ REF Abilino Correia Aires Pinão · 140064 SAJ L REF João Jorge Lourenço · 511958 SAJ A REF Domingos Martins Robalo · 335453 SAJ CE REF Henrique de Oliveira Pereira · 83874 1SAR US REF João da Silva Tavares · 9335101 1SAR R RES Pedro José Durão da Costa · 158768 CAB E REF José Marçalo Fernandes Bigodinho · 915589 CAB L RES Artur Alexandre Campos Ferreira · 94873 CAB R REF Próspero Nunes Pinto · 397555 CAB TFD REF Fernando Maria Horta · 11525017 MAR ISN TESV ACT José Luís Pereira Gonçalves · 561559 1GRT FZ REF Diogo dos Santos Faustino · 34009662 PATRÃO COSTA QPMM APO Manuel Augusto de Matos.

## HOMENAGEM NACIONAL AOS COMBATENTES 2026

A Comissão Executiva para a homenagem Nacional aos Combatentes (2026) convida todos os Portugueses a participar no próximo **dia 10 de junho** nas comemorações em sua homenagem.

Estas cerimónias terão lugar na Igreja de Santa Maria de Belém (Mosteiro dos Jerónimos) e no Monumento aos Combatentes do Ultramar, junto ao Forte do Bom Sucesso, em Lisboa.

Este evento, marcado pelo espírito de fraternidade lusófona, será uma justa homenagem àqueles que mais se empenharam na defesa da nossa Pátria.

### PROGRAMA

- 10H30** – Missa nos Jerónimos por intenção de Portugal e de sufrágio pelos seus mortos, presidida pelo Bispo das Forças Armadas e das Forças de Segurança, D. Sérgio Dinis;
- 12H15** – Abertura da cerimónia junto ao Monumento aos Combatentes:
- Palavras de abertura pelo Presidente da Comissão Executiva;
  - Discurso alusivo à cerimónia;
  - Cerimónia inter-religiosa católica e muçulmana;
  - Homenagem aos mortos e deposição de flores;
  - Hino Nacional pela Banda da GNR (salva por navio da Armada);
  - Passagem de aeronave da Força Aérea;
- 13H15** – Passagem final pelas lápides;  
Fim das cerimónias  
– Almoço-convívio nos terrenos frente ao Monumento.





# MEMÓRIAS DO TEJO



Óleo sobre tela de algodão 40 x 50 cm | Artista Plástico Abraham Levy Lima

## NAU SÃO SEBASTIÃO 1627-1823

Nau de 64 peças, construída no Rio de Janeiro por António da Silva, e lançada à água em 8 de fevereiro de 1767. Segundo a tradição, foi um presente da cidade de S. Sebastião a D. José, ordenado pelo vice-rei do Brasil, António Álvares da Cunha.

Navio de duas alcaixas, armava com artilharia de vários calibres e as suas cobertas tinham a altura de 2,55 m, nunca antes vistas em navios de guerra. Esta nau era uma obra primorosa e riquíssima no acabamento e qualidade das madeiras. A figura de proa, num elegantíssimo beque, era um formidável dragão, o que a levou a ser crismada de nau *Serpente*. Em 19 de agosto de 1767, sob o comando do capitão-de-mar-e-guerra Francisco Miguel Aires, largou do Rio de Janeiro para o Reino e entrou a barra do Tejo 71 dias depois. Em maio de 1798, o Contra-Almirante Marquês de Nisa recebeu ordem para assumir o comando de uma esquadra que se destinava a cooperar com os ingleses no Mediterrâneo na luta contra a França. Com efeito, deixou Lisboa a 5 de maio, à testa de uma divisão composta pela nau *Príncipe Real*, 90 peças e a *Rainha de Portugal*, 74 peças. Previa-se a integração das naus *Afonso de Albuquerque* e *S. Sebastião*, entre outros navios que se encontravam em cruzeiro na costa de Portugal. No dia 10 de maio, a nau *S. Sebastião* juntou-se à divisão. Aquando da fuga da Família Real para o Brasil a *S. Sebastião*, entre outros navios, não saiu à barra por falta de guarnição ou por necessidade de fabricos.

Anos mais tarde, a 14 de dezembro de 1822, esta nau era comandada por Rocha Vieira e tinha de guarnição 197 homens. A 14 de janeiro de 1823 passou à condição de desarmamento.

# NAUS de PEDRA em LISBOA



Situada na:

Rua Jardim do Tabaco, 51  
Lisboa

